



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

18ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127-23
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 08 DE MAIO 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 23ª audiência pública de 2023, sendo a 18ª audiência pública ao PL 127/23, do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão do seu artigo 4º.

Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pelo YouTube no canal da TV Câmara São Paulo, Facebook e TV Câmara canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 27 de abril no *Diário Oficial* da cidade, nos dias 27/04 e 05/05, no jornal *O Estado de São Paulo* e dias 28/04 e 05/05 no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, em 26/04, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá três minutos para se manifestar. As inscrições estão abertas, aqui ao meu lado esquerdo com a Secretaria da Comissão.

Quero dizer que é uma alegria receber todas, todos e todes nessa audiência pública. Depois de compor a mesa, farei uma introdução inicial.

Para compor a mesa convido a Sra. Gisele Brito, representando, o Movimento Saracura Vai-Vai; Sr. André Felipe, representando a Escola de Samba Vai-Vai.

Movimentos de moradia: Dona Carmem Silva, representado MSTC; Sr. Luiz Gonzaga da Silva - Gegê, representando o CMP/MMC; Welita Caetano, representando a FLM.

Representantes do Executivo. Agradecendo a presença das Secretarias: Sr. Pedro Luiz Algodual, representando a Siurb; Sr. Fernando Gasparini, representando a SMUL.

Anuncio a presença da Sra. Amelinha Teles, representando a União das Mulheres de São Paulo; Sra. Simone Nascimento, Deputada Estadual da Bancada Feminista; Sra. Camila Lisboa, Presidente do Sindicato dos Metroviários e Sr. Álvaro Batista Camilo, representado pelo

Sr. Luiz Eduardo de Arruda, Supervisor de Cultura.

Quero agradecer a presença de todas, todos e todes e dizer que é uma satisfação imensa tratar em uma audiência pública de revisão do Plano Diretor, deste tema que tem a ver com o território muito importante para a cidade de São Paulo. Desculpem-me, antes de passar, anuncio os Vereadores presentes. Ao meu lado esquerdo, a Vereadora Elaine Mineiro, representando inclusive a Mandata Coletiva Quilombo Periférico e também estamos com a presença de dois Vereadores Sansão Pereira e Arselino Tato, de forma virtual conosco. Depois, se tiver alguém, alguma autoridade que eu esqueci de falar, vocês coloquem que eu anunciarei, lembrando também que as inscrições já estão abertas.

Antes de passar para os nossos convidados, eu queria dizer que é uma satisfação imensa receber todas as pessoas que estão aqui hoje se debruçando sobre esse tema, que é tão importante, que é o tema de revisão do Plano Diretor, mas, ao mesmo tempo, específico sobre o território do Bixiga. O território que tem uma história muito importante para a nossa cidade, mas não só a história, tem uma presença importante para nossa cidade.

Essa audiência surge de uma demanda trazida pelo Movimento Saracura Vai-Vai, que tem uma reivindicação muito importante, imprescindível para o território do Bixiga, que é a preservação dos achados arqueológicos, onde estão sendo construídas as obras do metrô. Também tem uma reivindicação que não só esses achados arqueológicos sejam preservados, mas que naquele local haja um memorial com essa preservação, um memorial vivo, que as pessoas que passam pelo território e pelo metrô, pela futura estação de metrô, saibam que ali foi um quilombo, que é o Quilombo Saracura.

E também que a estação do metrô se chame Estação Quilombo Saracura Vai-Vai. Por quê? Porque a gente não quer que se repita o que aconteceu com a Estação Paulo Freire, que houve uma mudança de nome arbitrária, que tirou o nome Paulo Freire, dizendo que foi feita uma consulta à sociedade, mas que acabou mudando para o nome de um bandeirante genocida do povo indígena, que foi o Fernão Dias. Então, a gente não quer que isso se repita e queremos que a comunidade do Bixiga seja consultada sobre o nome dessa futura estação.

Mas, para além da preservação dos achados arqueológicos, para além da preservação desse memorial, da construção desse memorial, para além de a gente ter ali uma estação com o nome de Quilombo Saracura Vai-Vai, queremos muito mais, queremos que haja a permanência das pessoas que são as moradoras que convivem no Bixiga, que permaneçam ali como comunidade negra, uma comunidade que tem uma história, que tem uma escola de samba que é ali do território e que não pode ser retirada para estar em outro território. Queremos a Vai-Vai dentro do território do Bixiga e queremos mais do que isso: que a população negra não seja expulsa do Bixiga por causa da especulação imobiliária, por causa da gentrificação, porque temos vários lotes tombados, mas não temos um território inteiro tombado e queremos esse território inteiro preservado, não só com os patrimônios históricos e os achados arqueológicos, mas a gente quer um território preservado culturalmente e com as pessoas vivas, porque as pessoas são memórias vivas e a presença negra dentro do território do Bixiga é uma memória viva. É uma memória que ali está marcada, ali existiu um quilombo, mas ainda existe e continuará existindo a resistência negra na história da cidade de São Paulo.

Então, é com esse espírito e é nesse sentido que nossa Mandata da Bancada Feminista do PSOL chamou essa audiência pública, inspirados nessas demandas que vieram do Movimento Saracura Vai-Vai, mas também da Escola de Samba Vai-Vai e do Movimento de Moradia, representados aqui. Contamos com os representantes do Poder Executivo para que ouçam as demandas e para que possa contribuir para termos em São Paulo uma cidade com políticas urbanas que sejam antirracistas. Obrigada e vamos à audiência.

Então, eu queria chamar primeiramente os representantes do Executivo. Começo com o Sr. Pedro Algodoal, engenheiro da Siurb, que vai fazer uma apresentação para nós do *Caderno de Drenagem do Anhangabaú*, que tem a ver com toda a questão da política de drenagem para o território do Bixiga-Bela Vista. Pode começar, Sr. Pedro.

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Boa noite a todos.

Então, atendendo à demanda da Vereadora, eu venho trazer o planejamento do controle de cheias da Bacia do Anhangabaú. Vocês devem saber – e vocês são moradores do

bairro – que as graves enchentes que atingem principalmente a Avenida Nove de Julho, o Terminal da Bandeira e o túnel são uma situação recorrente, antiga, e a gente na Siurb tem feito planejamento das ações de drenagem necessárias ao controle de cheias para dar mais segurança tanto para os usuários do corredor de ônibus, como todo o pessoal que circula. Vocês sabem o transtorno que existe quando ocorrem as cheias, com risco, inclusive, aos usuários.

A Siurb tem feito o planejamento de drenagem por bacias. A gente tem um planejamento geral do Governo do Estado, e a Prefeitura está fazendo a parte dela, que é planejar cada uma das bacias. Nós temos 17 desses cadernos de bacias já prontos e disponíveis para *download*, na página da Siurb. Vou apresentar aqui o caderno do Anhangabaú, que, modéstia à parte, ficou muito bom. Vocês vão ver que tem soluções bastante inovadoras, integradas com o meio ambiente, com a técnica necessária, mas também com a integração necessária com o bairro.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL – Os cadernos de bacias têm o objetivo de fornecer subsídios para o planejamento, como é o Plano Diretor. Então, dados do Caderno já foram disponibilizados para o Plano Diretor e para o GeoSampa. Então, quando você tem uma integração desse tipo, as obras não ficam desconexas. Eu trabalho há muito tempo na Prefeitura e lamento muito quando eu lembro que, por exemplo, o corredor de ônibus da Nove de Julho foi feito sem fazer a parte de drenagem. Eu pessoalmente batalhei para que as coisas fossem feitas conjuntamente, mas, infelizmente, não foram. Então, a gente está correndo atrás, e agora tem esses documentos, que não podem ser ignorados. E se tiver qualquer intervenção nessa bacia, a gente tem que levar em conta também a drenagem, que, infelizmente, é o patinho feio.

Pensa-se em fazer transporte, vias *etc.*, e os córregos ficam meio esquecidos. Vou até lembrar que o córrego principal dessa bacia é o Saracura, nome até da Estação Saracura Vai-Vai, que resgatou, e a gente faz questão de lembrar esses nomes. Tem o Itororó, na Avenida 23 de Maio e tem o do Bixiga, que eu vou mostrar em seguida.

O que o caderno faz? Ele apresenta um diagnóstico das enchentes, o mapeamento das inundações, das áreas críticas. Apresentamos algumas alternativas. Na verdade, a ideia não é impor uma solução, mas discutir com a sociedade qual é a melhor. Então, sempre tem uma solução mais estrutural - uma obra hidráulica, um reservatório, uma galeria – ou uma solução mais ambiental, que seria a criação de um parque com área inundável.

A gente procura proteger a bacia para um risco hidrológico de cem anos, que é uma chuva muito severa, mas, em etapas, isso vocês vão ver aqui pela frente.

A gente propõe também medidas estruturais, como eu falei, obras hidráulicas, e medidas não estruturais, que são principalmente esse arranjo institucional que o caderno propõe, de você discutir com o Plano Diretor, discutir com o sistema de transportes e discutir com o metrô, que, nessa bacia, é bastante importante, e articular as ações, visando também ao controle de cheias.

Aqui eu vou passar rapidamente por esse trabalho, para mostrar a consistência e eu convido todos a visitar a página da Siurb e baixar isso, para ver todos os levantamentos que são feitos na bacia, para se chegar nas soluções melhores e mais efetivas para a bacia.

Então, a chuva é resultado do padrão urbanístico, das características físicas da bacia.

Isso tudo alimenta o *software*. A gente chama de modelo matemático, que calcula as vazões e simula as condições que você encontra em campo.

Aqui a gente considerou essas duas imagens de baixo. É a área impermeabilizada atual, que é maior do que área impermeabilizada permitida por lei. Então, todos os cálculos são feitos considerando uma impermeabilização, a menos favorável. Ali no *slide* de cima, há os postos de medição.

Bom, ali, naquela imagem, há três postos de medição na bacia, que estão ali posicionados. É no *slide* mais acima, o *slide* 7.

Há três postos que medem a chuva e medem o nível do córrego, para justamente aferir esse modelo matemático, esse cálculo, esse *software*. Ele dá resultados teóricos e - em vista dos resultados obtidos em campo - a gente consegue aferir e regular um, para que

realmente o modelo corresponda exatamente ao que está acontecendo na prática. Então, esse é um trabalho muito importante e muito delicado.

Aí, com esse trabalho da modelagem, que eu falei, com o *software*, a gente chega às inundações. Aí esse é um levantamento mais antigo. Esse é o levantamento que a gente tem no histórico das inundações. Vocês veem que toda a Avenida 9 de Julho é bastante crítica. Há uma área na região do Bixiga e há principalmente a região da 25 de Março, do Mercado Municipal, que sofre também um efeito do nível do Tamanduateí.

Então aqui é o resultado do modelo de computador, do modelo matemático, que retrata as inundações. Aí vocês vão ver que há uma diferença grande entre aquilo que a gente tinha mostrado e ali na região do Mercado. É que essa mancha é feita só para a Bacia do Anhangabaú e não para a cheia do Tamanduateí.

A gente tem também a cheia, que eu não trouxe o *slide*, mas a gente também tem solução para o Mercado. Então, aqui é feita uma cotação, um estudo comparativo, digamos assim, entre as áreas de inundação, e a vulnerabilidade da região. Se você tem, por exemplo, uma ocupação do fundo de vale com moradias precárias e moradias sujeitas à inundação, temos aí uma zona de alto risco – vocês podem ver, ali, no mapa debaixo, à direita, onde estão, em vermelho, as zonas de risco muito alto, e eu destaco a região da praça da Bandeira, onde tem um grande número de pessoas, de veículos e o risco de inundação é alto, quer dizer, a inundação é alta e tem muito trânsito de pessoas. Daí, isso se traduz num risco alto e que deve ser considerado para o nosso planejamento da Bacia.

Pode passar, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Pedro, tem um pedido para que você localize, no mapa, onde exatamente está o Saracura.

O SR. PEDRO LUIZ ALGODOAL – Como é que eu faço? Por favor, se tiver alguma ponteira a *laser*, eu mostro. (Pausa) Eu não trouxe, infelizmente. (Pausa) Obrigado.

Aqui é a praça da Bandeira, vocês vejam que é o local mais crítico; aqui é a avenida Nove de Julho, onde corre o Saracura; aqui é o Saracura Sul, que provavelmente a Vai-Vai está

aqui, nessa bacia do Saracura Sul, mais ou menos por aqui; continua por aqui na 9 de Julho até o túnel da 9 de Julho; neste local é o córrego do Bixiga, passa onde o pessoal quer instalar o parque do Bixiga, passa aqui no meio mais ou menos; e mais para cá é o vale do Itororó, que é ocupado pela avenida 23 de Maio; por aqui segue o córrego Anhangabaú pelo vale, o túnel do Anhangabaú está por aqui; entramos pela Carlos de Souza Nazaré e aqui é a região que falei, do Mercado Municipal e da rua 25 de Março. Realmente fica melhor assim.

Pode seguir, por favor. Temos um apanhado dos projetos antigos; tínhamos projeto de um reservatório na praça da Bandeira; outro reservatório na praça 14 Bis; a reconstrução de algumas galerias; e aqui tem uma proposta antiga de revitalização do córrego do Itororó, no canteiro central da avenida 23 de Maio. Seria uma abertura desse córrego. (Pausa)

Nesse *slide* tem outra tentativa de solução que foi fazer em galerias reservatório, só que essa solução ficou muito cara, o custo ficou muito elevado e nós não adotamos. Na verdade, adotamos só partes dessa solução.

Temos aqui duas alternativas, já partindo para os resultados de todos os estudos. Temos obras em três etapas, sendo essa a primeira – em laranja -; depois a segunda etapa – em vermelho -; e a terceira etapa – em verde.

Destaquei as obras de primeira etapa que a Siurb já está contratando projeto das mesmas. Então: o reservatório na praça da Bandeira; tínhamos já um projeto no Vale Anhangabaú, mas ali será construído a Linha Celeste do Metrô, então estamos compatibilizando esse projeto e a gente vai ter de realocá-lo. Vou mostrar mais detalhes.

A gente tem o Reservatório Avandava no ponto onde desce o córrego Augusta e aqui a gente tem uma proposta de revitalização daquela escadaria que desce da Frei Caneca até a rua Avandava. Temos, numa etapa posterior, o reservatório da 14 Bis que também vai precisar ficar um pouquinho diferente do que era, porque aí vai ter a estação da linha Laranja na Praça 14 Bis.

Aqui tem uma solução inovadora, que é uma praça de infiltração da Nove de Julho, que eu vou mostrar com mais detalhes. Na parte específica do Bixiga, temos no Saracura um

reservatório previsto, mas é para a última etapa e a reconstrução das galerias da rua Rocha, daquela área que as galerias são muito antigas e muito pequenas. Vocês devem acompanhar a enxurrada que desce por essa região.

No Bixiga, a gente tem proposto mais um reservatório também para uma etapa posterior e a reconstrução da galeria desaguando no reservatório da Bandeira. Se vocês não sabem, a gente está em cima dessa galeria do Bixiga, que passa no subsolo do prédio da Câmara. Ela é muito problemática e dá muito problema, inclusive, para o próprio edifício da Câmara, onde a gente está.

Aqui tem um tratamento complementar que é uma galeria, é uma retenção na Avenida 23 de Maio. Como uma substituição da galeria, é fazer um reservatório. E outro reservatório para completar a obra.

Aqui a gente tem o pôlder do Mercado Municipal, que também vou mostrar a seguir nos *slides*.

Aqui é uma alternativa que a gente apresenta para essas obras. Então, ao invés de fazer a substituição da galeria, a gente faria uma galeria-reservatório. A praça de infiltração ficou igual. A gente faria nessas ruas da rua Rocha e - esqueci o nome, Dr. Sandy, eu acho - teriam galerias-reservatório.

No Bixiga, a gente faria uma retenção também. No Itororó, a ideia seria fazer um parque linear, que é uma retenção numa área verde ao invés de fazer um reservatório. Nessa alternativa a gente propõe uma retenção das águas no canteiro central e uma revitalização do córrego Itororó.

Esta é uma ideia inovadora. Aqui é o início da bacia, a entrada do túnel da Nove de Julho, aqui é o Masp. Hoje, essas águas descem com grande velocidade por essas duas ruas, passando na frente da GV e iniciam esse escoamento que vai causar todos os problemas.

Aqui a gente está propondo uma solução diferente, que é uma retenção nas áreas verdes e a potencialização da infiltração nessas áreas. Hoje, a gente tem os taludes íngremes que não absorvem a água, porque a água esco.

Então, vocês vendo em perspectiva - pode ir dando uns cliques - vocês vão vendo o caminho da água e como vai se infiltrando no solo. Vocês estão acompanhando? A água está passando. Então, ela vai infiltrar nessas áreas aqui e daí ela vai chegar na galeria já abatida, uma boa parte vai ficar retida por esse sistema que a gente está propondo.

Então, aqui a gente tem biovaletas, terraceamento dessa área para retenção, postos de infiltração e jardins de chuva aqui em cima.

Então, olhem como é hoje e como ficaria. Aqui também foi proposta uma melhoria do jardim e da praça para favorecer a utilização dessa área que, hoje, fica meio ocioso. Então, hoje é assim e teríamos o que chamamos de terraceamento para reter as águas, em vez de elas irem para a avenida, elas vão se infiltrar nesse jardim que, hoje, é assim: a água passa e escoo rapidamente e, aqui, ela vai sendo retida nessas lagoas temporárias.

Aqui é o outro reservatório que fica entre o córrego Saracura e o córrego Augusta. Hoje, nós temos uma escadaria e aqui embaixo temos uma inundação na Avenida Nove de Julho. Então, nós faríamos o reservatório embaixo do viário e aqui foi proposta uma solução. O pessoal que pesquisou essa área disse, que antigamente ou antes da cidade, tínhamos uma cachoeirinha aqui. Então, a ideia seria resgatar essa queda d'água antiga para refazer um paisagismo ao lado da escadaria. Então, a ideia seria reconstruir essa queda d'água e fazer um paisagismo. E embaixo dessa área ficaria o reservatório.

Aqui é o outro reservatório no Anhangabaú, na Praça da Bandeira. Antes, o projeto passava por aqui. Nós conseguimos um espacinho entre a linha do trem, a Câmara e o Edifício Joelma. O espacinho que nós temos é esse. Mas essa é uma obra muito importante. Ela é complexa, é muita negociação para chegarmos a essa solução.

Além disso, nós temos de substituir as galerias que estão em péssimo estado, principalmente esse trecho aqui. Aqui é a Avenida 9 de Julho e aqui é a Praça da Bandeira, o Terminal. O reservatório vai ser feito aqui, mas tanto a galeria da 9 de Julho, que é o Saracura, quanto do Bixiga, que passa embaixo da Câmara, a ideia é tirar o escoamento dessa galeria aqui embaixo da Câmara para a rua do lado, para não ficar embaixo, que é uma situação não indicada

tecnicamente.

Aqui é o Mercado Municipal. Seria feito um pequeno reservatório. Essa é a situação de hoje. Então, tem de trocar as galerias e fazer um isolamento dessa área do rio Tamanduateí e o esgotamento disso seria por bombas que desaguam no rio Tamanduateí.

Aqui é um outro reservatório. Esse no rio Itoioró, aqui na frente dos arcos. Para controlar, procuramos fazer em toda a bacia. Não é um trabalho fácil. Essa bacia está muito crítica. Então, temos que atuar no Itoioró, no Bixiga e no Saracura.

Aqui, na região do Bixiga, nós temos essa região que tem aquela demanda pelo Parque do Bixiga. Então, aqui, seria necessário um reservatório. Caso não se viabilize o reservatório, teríamos de procurar uma área próxima para fazer, mas o reservatório aqui também é muito importante.

Então, com a realização dessas obras ou das obras prioritárias, nós conseguiremos passar dessa situação bastante crítica para uma situação bem mais controlada. Mesmo essas cheias na 23 de Maio não são tão críticas, mas conseguiremos atender as principais demandas por drenagem nessa bacia.

Era isso o que eu queria apresentar. Aqui é uma vista dos terraços que falei, uma solução inovadora. Esperamos ver viabilizada e está no programa de obras da Siurb.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Pedro, por ter vindo fazer a apresentação, representando o Secretário Marcos Monteiro.

Acho que as perguntas ficam para o final. Eu mesma fiquei curiosa para saber os prazos dessas obras e também se implicaria em alguma desapropriação e remoção de pessoas, mas o senhor pode responder isso ao final.

Antes de passar para o próximo, quero anunciar algumas pessoas, Lenny Blue, da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil, da OAB/São Paulo; Jorginho Saracura, da Velha Guarda da Vai-Vai, representando o mandato da Deputada Leci Brandão; Erick Ovelha, Covereador do Mandato Quilombo Periférico; Natália Chaves, Covereadora da

Bancada Feminista; Adriano Diogo, ex-Deputado do PT; Simone Nascimento, Codeputada da Bancada Feminista; Vereador Rodolfo Despachante; Júlio Cezar, Covereador do Quilombo Periférico e, aqui na Mesa, a Vereadora Luana Alves, que chegou depois.

Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira, está *on-line*, pediu para falar agora, porque deve ter outro compromisso. (Pausa) Não está mais.

Tem a palavra o Sr. Fernando Gasperini, representando a SMUL.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Boa noite a todas, todos e todes.

Sou Fernando, sou arquiteto, trabalho na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Vou pedir licença, porque vou ler, então vou ficar um pouco de lado.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – A apresentação que trouxe hoje é a apresentação que fizemos na semana passada, na audiência temática de patrimônio cultural, que trata mais especificamente desse tema, mas tem uma primeira parte que fala, em linhas gerais, da questão do processo do Poder Executivo de desenvolvimento do Plano Diretor. E também vou fazer um gancho com a apresentação que o Pedro acabou de fazer.

Essa é a estrutura da apresentação. Essa revisão do Plano Diretor é um aperfeiçoamento, uma calibragem do Plano Diretor atual, aprovado em 2014, e tem uma vigência de 15 anos. Então, um Plano que vai até 2029, e no Art. 4º do Plano estava prevista já, no meio da vigência do Plano, essa revisão intermediária para melhorar, para ver o que funcionou, o que não funcionou muito bem nesses anos, de 2014 até 2023, para melhorarmos o Plano atual. Então, não é um Plano novo, mas uma melhoria do Plano atual.

Nesse sentido, todos os objetivos de diretrizes que o Plano define para a cidade permanecem, são mantidos. É uma revisão mais voltada para os instrumentos urbanísticos, ambientais e para as políticas de cultura, de mobilidade, de habitação, do Plano atual. É uma revisão que ocorreu de forma participativa em três etapas no Poder Executivo, com início em 2021, e finalização, agora, em março de 2023.

Tivemos diversos canais de participação, com consultas públicas, audiências

públicas, oficinas nas subprefeituras, agendas específicas com determinados segmentos. E também agendas com os conselhos participativos municipais.

Todas as etapas foram apoiadas por documentos técnicos produzidos por diversas áreas técnicas da Prefeitura, e consolidados pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Então, são relatórios técnicos que serviram de base para as discussões públicas e para o fechamento de cada etapa também.

Na Etapa 3 do processo participativo, que foi a última etapa realizada neste ano de 2023, foram recebidas cerca de 4.400 contribuições. E os canais *on-line* receberam o maior número de contribuições – a plataforma da Prefeitura de consultas públicas Participe+ e os formulários *on-line*.

Olhando os dez temas mais comentados nas contribuições, nós tivemos as áreas verdes com o maior número de contribuições; os chamados eixos de estruturação da transformação urbana, que são as áreas próximas aos sistemas de transporte público; o sistema municipal de planejamento, e as instâncias de participação popular; e os instrumentos de ordenamento urbano. Então, é um processo de aprofundamento dos assuntos, à medida que as etapas foram sendo executadas.

Na primeira etapa, um diagnóstico feito pela Prefeitura, e submetido à população para avaliação das problemáticas relativas à política urbana, habitacional, de mobilidade. A partir desse diagnóstico, a definição de um escopo da revisão, distinguindo aquilo que eram elementos estruturantes do plano atual, que deveriam permanecer; e aquilo que poderia ser aperfeiçoado, modificado.

A análise técnica é feita com a participação de diversas secretarias.

E aí eu faço um rápido gancho com a apresentação do Pedro: esse trabalho não é feito somente pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, mas é uma secretaria meio, já que trabalha em conjunto com as demais secretarias, discutindo e absorvendo todas as contribuições também das áreas técnicas da prefeitura.

Então, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras é uma das secretarias que

participou do processo de revisão do plano. E o Plano Diretor já previa, por exemplo, o Plano Municipal de Drenagem, que o Pedro mencionou. E os Cadernos de Drenagem, que o Pedro trouxe aqui, da Bacia do Anhangabaú, onde está o Saracura, fez parte insumos para que a revisão do Plano Diretor propusesse a inserção do Mapa 12, o mapa de drenagem, que é o mapa que não existe no atual Plano Diretor.

Esse processo foi aprofundado. Na última etapa, foi feita a apresentação de uma primeira minuta da revisão do plano. Essa minuta foi novamente debatida com a população, até chegarmos na versão final, encaminhada para a Câmara Municipal.

É um projeto de lei com 75 artigos, com 12 capítulos.

Esse é um esqueminha gráfico para ilustrar como é a estrutura da lei do Plano Diretor.

É uma lei que se divide em cinco títulos, cinco grandes partes, e essas partes se dividem em capítulos. E os capítulos que têm maior densidade nessa revisão correspondem aos capítulos mais extensos do plano, que são de ordenamento territorial, onde estão os instrumentos urbanísticos e ambientais; as políticas e sistemas urbanos e ambientais, que são as políticas de mobilidade, drenagem, habitação, *etc.*; e gestão democrática também.

Os assuntos abordados no projeto de lei de revisão estão distribuídos conforme os títulos, com maior ênfase no Título 2, que é o de instrumentos urbanísticos e o Título 3, que a gente chama de políticas setoriais.

Entrando um pouco mais no tema do patrimônio cultural, foram mantidos, então, os princípios diretrizes e objetivos estratégicos da política urbana em todas as suas dimensões, incluída a dimensão cultural também.

Fruto do processo participativo em relação às zonas especiais de preservação cultural, tivemos a inclusão dentre os objetivos dessas zonas da proteção das áreas indígenas demarcadas em prol do reconhecimento e preservação do modo de vida dos povos originários, e, o segundo item: identificação e preservação dos espaços dos lugares históricos e culturais da população negra, resgatando e valorizando a memória, identidade, formas de viver e de se expressar.

Um instrumento da transferência do direito de construir: esclarecimentos acerca da necessidade de comprovação do bom estado de preservação dos imóveis classificados nessas zonas de preservação cultural.

Em relação à política de sistemas de mobilidade: inclusão do plano de rotas acessíveis, a integração dos equipamentos de interesse cultural com o transporte público e vagas exclusivas. Então, os equipamentos culturais têm um papel central nesse plano de rotas acessíveis, conectando esses equipamentos com o sistema de transportes.

Nas disposições finais e transitórias, nós trouxemos um reforço do que já traz o plano original no seu artigo 77, no sentido de permissão que a Lei de Zoneamento, de parcelamento, use a ocupação do solo na sua revisão e reveja os limites das áreas de influência dos eixos de estruturação e transformação urbana, com base em estudos que considerem aspectos relativos à paisagem urbana, ao patrimônio cultural e ambiental, tais como morfologia, ambiência urbana, identidade e memória.

É isso, por enquanto.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Fernando.

Vou anunciar mais algumas pessoas que estão presentes: Padre Luiz Fernando, da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do Largo do Paissandu e da Capela dos Aflitos; Adão Oliveira, do Movimento Negro Unificado; o Rafael Pinto, do Conem e também assessor do Vereador Hélio; MLB, Movimento de Luta por Moradia. (Palmas)

Se houver mais pessoas para anunciar depois vocês me tragam, de alguma forma, zap ou papelzinho, que eu vou anunciando.

Passo para a próxima pessoa convidada da Mesa para fazer a exposição, que é a Gisele Brito, representando o Movimento Saracura Vai-Vai. (Palmas)

A SRA. GISELE BRITO – Boa noite.

Meu nome é Gisele Brito. Eu faço parte do Mobiliza Saracura Vai-Vai, também sou coordenadora de Direito a Cidades Antirracistas, do Instituto de Referência Nega Peregum e

militante da Uniafro Brasil.

Eu queria agradecer muito pela oportunidade de estar aqui, essa articulação que existe há quase um ano, em que nós temos nos reunido semanalmente e temos conseguido manter essa pauta, essa temática viva na cidade, pautando jornais e o debate público.

Isso é muito difícil, porque o que nós estamos falando – vou falar sobre isso um pouco mais para frente –, mas sobre um território negro e reivindicando esse território como território negro. O Bixiga foi um quilombo. É um território que permaneceu negro todo esse tempo. A concentração da população negra no Bixiga hoje ainda é uma das mais altas da cidade. Esse território foi o lugar escolhido para sediar diversos equipamentos, diversos espaços de organização política da população negra no Brasil.

A gente pode falar da Vai-Vai, que está sofrendo agora com essa remoção. A gente pode falar do MNU, que teve sede lá. Podemos falar sobre uma série de jornais da mídia negra, de uma série de intelectuais negros e de um espaço realmente, de um território negro onde se fez política, articulação, onde se produziu resistência, não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil.

Gostaria de agradecer a todo mundo, que está aqui, do Movimento pela oportunidade de compor este momento tão importante em que a gente discute o racismo, o enfrentamento ao racismo na cidade e a produção de uma cidade realmente antirracista.

A gente trouxe uma carta, acredito que as pessoas receberam um documento, no qual a gente aponta dez itens, que a gente acha pertinentes à Comissão e ao debate do Plano Diretor. Não vou ler todos esses itens, mas eles tratam sobre mudanças, adaptações no zoneamento, especialmente para que haja uma compatibilização, para que sejam sanadas sobreposições das zonas de transformação intensiva às zonas de preservação, adotando as medidas como regulação das Zepecs, respeitando as orientações existentes nas leis de tombamento e na Resolução 22/2002, do Conpresp, com vistas à garantia da proteção das áreas envoltórias, como conjuntos urbanos, conforme caracterizado.

Nós pedimos uma adaptação. O Bixiga hoje vem sendo assediado por um processo

de verticalização, para um processo de transformação. Agora vou fazer minha fala dizendo que todas essas transformações, esses pedidos, esses pontos que a gente traz nessa carta, eles propõem algo que extrapola inclusive o território do Bixiga e que aponta como a legislação urbana, os mecanismos, os instrumentos de planejamento urbano, não consideram a necessidade de reverter a situação dada nesta cidade, que foi produzida como em todas as cidades no Brasil para organizarem o racismo no Brasil, para organizar as políticas antinegro no Brasil.

A segregação racial, que nós vivemos, foi historicamente produzida e, para ser combatida, precisa de ação objetiva. Não adianta a gente ficar em palavras, em boa vontade, porque isso não tem dado resultado. O que a gente tem dito e vê nessa experiência no Bixiga é que a gente não tem mecanismos específicos que deem conta dessa questão e que são fundamentais para isso.

Retomando um pouco, durante as obras de escavação do metrô foi localizado um sítio arqueológico, que todo mundo já sabia que existia, não só porque ali existiu um quilombo, e isso era de conhecimento, tem registros historiográficos, isso é vivo na memória dos moradores do Bixiga, mas porque a própria Vai-Vai – que depois o André vai falar mais – já tem um valor imensurável.

Eu vou repetir sempre essa frase: ninguém jamais imaginaria remover o Masp para construir qualquer coisa. O traçado de uma linha de metrô não é natural, ele é pensado ao longo de muito tempo, e é preciso dizer que o Estado pensou deliberadamente em destruir, em remover um território negro de articulação política e cultural fundamental para a história negra, como é a Vai-Vai. E faz isso não à toa e não pela primeira vez. Repetidamente, o Estado, a iniciativa privada usa essa estratégia de remover aquilo que nos une, para embranquecer o território.

Esse processo de embranquecimento, é bom dizer, é porque o Bixiga é um pontinho negro no meio de um território branco da cidade de São Paulo que vem recebendo, ao longo dos anos, investimento e que faz como que essa área seja uma área de muito interesse do mercado e de interesse da nossa branquitude, das nossas elites, para afastar essa imagem, essa pujança,

a força da organização negra que tem ali. Então, nada foi por acaso e, na verdade, todos os acasos no Brasil têm a função de serem racistas e são muito bem estruturados para parecerem acaso, mas não é por acaso que foi escolhido aquele lugar para passar o metrô e tirar a Vai-Vai de lá.

Acho importante também dizer que... talvez nossa própria forma de dialogar sobre isso, mas a gente é sempre caracterizada nesse lugar da memória e do patrimônio, como movimento que trata sobre isso e, obviamente, somos. A gente tem, há praticamente um ano, dito que... Quando, no começo, as pessoas diziam para a gente: “Não, mas vocês querem procurar vestígio arqueológico ali de quilombo? Não tem, quilombo não tem materialidade, não vai encontrar nada, nada importante”. E há um ano a gente tem dito que, se se pode procurar...

A gente teve a experiência de ir no escritório que está fazendo o trabalho arqueológico lá e eu não consigo reproduzir para vocês a alegria da equipe mostrando para a gente penicos que tinham sido encontrados em outro lugar; e mostrando os penicos, mostrando as fontes bibliográficas. Por que a gente perguntou: “Mas como vocês sabem tanto sobre penico”, e eles tinham muitos livros sobre os penicos, sobre umas coisas. E naquele lugar, naquele espaço não tinha nenhum livro sobre religião de matriz africana, sobre carnaval, sobre samba, sobre a permanência negra naquele lugar. Então coisas, como uma concha, que estavam lá eram pensadas e contextualizadas na cabeça daquelas profissionais, que devem certamente ser bastante tituladas como uma coisa sem importância. Também não consigo reproduzir a cara quando eu disse: “Mas essa concha não pode ser de uso religioso?”, e ela olhando para mim assim, “Você acha?”; eu disse: “Não sei, você que tem que saber”.

Isso também não é à toa, a escolha de uma equipe que não tem a menor referência sobre aquele território que está lá. E os documentos que foram produzidos sobre aquele lugar refletem isso; a palavra “quilombo” aparece uma vez, muito *en passant*, mas o território é muito bem contextualizado como um território italiano, que também é, mas isso não apaga o fato de ser um território negro com todas essas questões, mas, enfim.

Estamos falando sobre memória, sobre patrimônio, mas estamos falando sobre

permanência. Desde o primeiro dia, o Movimento diz que é preciso que esse metrô vai ser muito importante para nós, mas importante para quem? Quem é que vai ficar no Bixiga quando chegar o metrô? O próprio Metrô, em uma das documentações que ele produz, admite que vai haver um processo de transformação da população que mora lá, mas ele não faz nada, não sugere nada, nenhum instrumento que mantenha a população lá.

Então, a gentrificação, o que a gente chama de gentrificação aqui - e aqui a nossa bibliografia, infelizmente, a universidade, enfim, caracteriza a gentrificação só como uma transição de classe - é uma transição racial, é um processo de embranquecimento dos territórios. Nada é apontado nessa direção, então desde o início nós somos um movimento pela permanência. Nós entendemos que a preservação da memória é o que mantém, é um instrumento de permanência, porque a memória vai aumentar os vínculos da população negra com aquele território.

Objetivamente, a gente diz que é importante que o Plano Diretor faça algo que a política urbana não faz, que é criar instrumentos de fato, ter critérios, ter como meta a diminuição do racismo nas cidades, em São Paulo. O Estatuto da Desigualdade Racial diz, coloca isso, faz parte do escopo do Estatuto, mas não é mobilizado nos instrumentos específicos da Política Urbana. A gente sugere, entre as 10 sugestões - espero todos estejam com o documento -, que sejam utilizados critérios raciais na produção de HIS.

Aí é importante dizer que HIS pública e privada, porque HIS tem sido produzida pelo mercado e tem sido produzida para expulsar pessoas, produzida de maneira totalmente – podemos dizer – ilegal, ou com vários jeitinhos. Quando o jeitinho vem do mercado, ele não é criminalizado, enquanto as práticas nos territórios são facilmente criminalizadas, mas as falcatruas do mercado não.

Acho importante reforçar que esse também é um instrumento de permanência da população no lugar.

É muito legal estar ao lado da Elaine, eu conheço um pouco da sua história. Ela é uma das pessoas cuja família foi removida do Bixiga, há muitos anos. (Palmas)

Quando a gente vê as obras que são apresentadas, de novo, não se pode naturalizar. Esse território vai ser beneficiado por investimentos públicos e privados e vai ser qualificado. A gente não pode naturalizar que essa qualificação, essa melhora no ambiente, produza expulsão da população negra como historicamente produziu.

Preciso lembrar que a população negra em São Paulo vivia no centro, foi sendo expulsa pelo desenvolvimento para as periferias. É justamente sobre isso que nós estamos discutindo no Bixiga, mas, de novo, acho que essa é uma discussão pertinente para toda cidade.

É importante pensar que o Plano Diretor, o sonho do Plano Diretor, infelizmente, isso não acontece sempre na medida em que nós desejamos. Na verdade, acontece bem menos do que nós desejamos, ele serve para orientar o desenvolvimento da cidade. Tem feito isso para orientar os ganhos do mercado imobiliário, basicamente.

Então, é preciso que existam diretrizes, que existam instrumentos que orientem a produção de cidades antirracistas, o enfrentamento ao racismo urbano, enfrentamento à segregação racial. A gente acredita que as medidas que a gente aponta aqui vão nesse sentido.

Em linhas gerais, a gente quer a permanência dos achados lá e a musealização lá, mas não para que aquele território se transforme um território turístico. De novo, a gente quer que seja mais uma forma de vínculo com aquele território da população negra, que nunca deixou aquele lugar.

Quanto ao nome, o abaixo-assinado foi feito, nós já temos mais de cinco mil assinaturas endossando e apontando essa reivindicação. Acho que pode ser feito, mas a gente está fazendo isso há mais de um ano. No bairro, a estação já chama Quilombo Saracura Vai-Vai. Vamos ver quantos de nós é preciso para que isso seja mantido.

Há a questão para que seja compatibilizado o zoneamento de preservação com o zoneamento de eixo, ali é uma região de eixo de estruturação urbana. Tem aí uma incompatibilidade total. HIS tem sido usada, na verdade, para descaracterizar aquela região, tem sido feito trabalho de pesquisa ali por movimentos locais que mostram isso.

A gente também diz aqui a importância da documentação de EIA/RIMA, que a

Comissão demande essa documentação referente ao licenciamento ambiental dessa obra. Há evidências nessa obra que o processo do licenciamento ambiental não foi cumprido da maneira adequada, que fosse feito adequadamente o estudo ecológico prévio, que deveria ter sido feito ali. A gente tem conversado e mobilizado o Ministério Público. Acho que isso é de interesse da Comissão também.

Isso, acho que reforça o que a gente está falando do Bixiga. O Bixiga era uma periferia. Quando a gente diz que o Bixiga é um quilombo, é sempre interessante pensar o que aproximou o Bixiga do Centro da cidade, foi o investimento público. Isso que muda os lugares de lugar. Tem duas ações. O investimento público que aproxima sem tirar os lugares e o processo de embranquecimento. Então, o Bixiga era um quilombo, porque é um lugar longe para caramba, difícil para caramba de chegar e por isso que a população negra, ainda escravizada, que comprou sua liberdade, ganhou sua liberdade e que ao longo pós-escravidão esteve livre da escravidão oficial, escolheu aquele lugar. Mas aquele lugar há muito pouco tempo, é que começa a ser um lugar interessante. Um lugar com infraestrutura. Não é à-toa que o Metrô é uma necessidade essencial do bairro, porque o bairro tem muitas deficiências de mobilidade apesar da proximidade que ele tem. Então, a melhora na mobilidade do Bixiga é essencial. E também não é à-toa que por tanto tempo ele tenha esses problemas, porque o Estado, o capital escolhe não infra estruturar os territórios negros e quando fazem isso é para produzir remoção, expulsão. Nós não vamos aceitar isso. A memória está viva no Bixiga e vai permanecer viva à medida em que a população negra permaneça lá e seja privilegiada – privilegiada talvez não seja a palavra – mas que garanta sua restituição e reparação de tudo que vem sendo feito.

É isso. Acho que bati todos os pontos. Novamente agradeço a oportunidade.

Obrigada! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada Gisele.

Anuncio a presença de Ebomi Iyá Jenifer, filha do Pai Francisco de D’osun, Liderança do Ilê Asé Iyá Ósún Babalorixá do Bixiga; Família Taramineira da Saracura; Vereador Marlon Luz, *on-line*; Frajola, da Ala dos Compositores da Vai-Vai; Candinho Neto, Jornalista, Presidente

da Banda do Candinho e do 15º Fest Bixiga, 145 anos e Aurea Amelia Caviquioli, Conselheira Tutelar, da Bela Vista.

É isso. Nossa audiência está muito representativa. Lembrando, que convidamos para essa audiência o representante do Metrô de São Paulo e da Secretaria de Transportes Estadual. Infelizmente, não nos responderam. Mas iremos atrás deles depois da audiência.

Passo a palavra ao Sr. André Felipe, representando a Escola de Samba Vai-Vai.

O SR. ANDRÉ FELIPE – Boa noite a todos.

Meu nome é André Felipe. Ocupo o cargo, hoje, de Diretor Cultural da Escola de Samba Vai-Vai, na verdade por excelência, esse cargo é do Sr. Fernando Penteado, nosso Baluarte, nosso líder e nos juntamos à tradição com a juventude para poder fazer o trabalho que a Escola precisa que seja feito. Afinal a Vai-Vai tem 94 anos, construindo, não só, o Carnaval dessa cidade, mas a história de arte e cultura. Uma escola que, hoje, mudamos o discurso, não para os 94, mas a gente fala dentro da escola que faltam sete anos para o Centenário. É um marco importante. Muita gente sofreu muito na Bela Vista para poder construir a história que essa escola tem.

Queria cumprimentar inclusive aqui a Mãe Jennifer, porque o Pai Francisco foi uma pessoa muito importante na construção desses anos e cumprimentar o Sr. Jorginho Saracura, que foi Diretor da Escola, Diretor de harmonia por muitos anos e também é uma pessoa que trabalhou muito para consolidar o que a gente tem na Vai-Vai hoje. Primeiro essa luta do Saracura Vai-Vai e do movimento, a gente teve alguns momentos que a escola não entendeu muito bem como se posicionar em relação a isso, porque a Escola teve o dissenso em 2019. O cenário não era nada fácil, falando internamente. A gente perdeu o barracão que a gente tinha, que ficava na região próximo ao Sambódromo, quem conhece era o barracão que a gente chamava de Braselisa, que era uma fábrica que tinha e que ocupamos, logo quando o carnaval de São Paulo foi deslocado da Tiradentes para o Anhembi. E a gente perdeu o espaço, fomos para a Fábrica do Samba e no dissenso a gente também perdeu o direito de usar o espaço da Fábrica do Samba. Foi um momento muito complicado que a gente não tinha onde montar o

carnaval da escola para 2020.

A Escola fez com toda dificuldade o Carnaval de 2020 para subir para o grupo especial e logo depois veio a pandemia e a gente teve toda essa questão com o metrô, que fomos pegos de surpresa, na verdade, e ficamos com pouca alternativa, a (palavra ininteligível) deu pouquíssima alternativa para a Escola poder trabalhar. E, na verdade, a exigência da Escola foi uma só, a Escola de Samba Vai-Vai é uma escola que pertence ao bairro da Bela Vista, ao povo, já diz isso inclusive num samba muito famoso que chama *Cordão Vai-Vai*, que foi escrito pelo Geraldo Filme. Todo mundo fala que a Vai-Vai é a Escola do povo, mas não canta o samba da forma como ele diz. A Vai-Vai é a tradição do povo da Bela Vista, então a imposição do Conselho Deliberativo da Escola foi que a Escola sairia da quadra antiga dela, que foi ocupada nos anos 70, desde que ela permanecesse no território da Bela Vista, porque a escola se entende desse povo.

A Escola se entende como patrimônio negro, como quilombo ali daquela região e por que também ela encontra sua força, tem muita gente que está aqui, inclusive a Vereadora Silvia, que faz parte da Escola, e sabemos, a gente sente a diferença quando a escola se encontra ali naquelas ruas. A gente fez toda a preparação da Escola para 2023 ensaiando na Rui Barbosa e a rua é a Vai-Vai, por conta de muitos anos no encontro da São Vicente com a Nove de Julho. Ela se entende por cultura periférica, como uma Escola periférica, que se entende como cultura de rua, não existe outra forma de a gente articular a Vai-Vai.

Dentro desse contexto, a gente vem há algum tempo, eu venho conversando com a Luciana e trabalhamos internamente muito essa questão, para chegarmos nesse momento aqui de se posicionar junto com o Movimento Saracura Vai-Vai porque todas as demandas que o Movimento apresenta a gente entende como pauta da Vai-Vai. A permanência da população negra no bairro do Bexiga é a permanência daquilo que a gente entende por estrutura da Escola. Ou seja, o seu componente, o seu chefe de ala, bateria, compositores, como o coração da escola. Então, a pauta do movimento é a pauta da Escola de Samba, a preservação dos achados, ora, achados do quadrilátero que eles olharam, nada mais nada menos, são os assentamentos do

Orixá dono da Escola.

As escolas tradicionais de São Paulo, não posso dizer pelas novas, mas elas são escolas feitas, entendendo a sua matriz africana, a sua religiosidade, o orixá da Escola come, o pavilhão da Escola come, então todo o assentamento da Escola faz parte desse assentamento, desses achados e também o encontro desse assentamento, dessa energia que foi assentada quando a escola foi para esse espaço, mas o Quilombo da Saracura a gente se entende como legítimo representante disso, porque nada mais nada menos a gente produziu uma escola de samba de muita representatividade para o povo negro e que carrega a cultura dessa cidade.

Dentro de todos os aspectos que já foram ditos aqui em relação ao manifesto que o Movimento Saracura Vai-Vai apresentou, que a gente reforça, eu queria destacar um ponto. Primeiro: a permanência da escola do bairro, não só pelo Carnaval e pela cultura, pelo que ela representa como forma de organização do povo negro, mas lembrar também que escola de samba não acontece só nos meses de janeiro, fevereiro e março, quando tem o Carnaval. A Escola de Samba Vai-Vai, como uma escola comunitária, desenvolve o seu trabalho com a ala de crianças, com responsabilidade social, envolvendo não só a comunidade da Bela Vista, mas um atendimento, por muito tempo esquecido do Poder Público, do centro expandido. É fundamental que a gente coloque aqui esse trabalho que a gente faz lá, porque a gente tem departamentos, inclusive o Departamento Cultural, dedicados não só a essa memória e preservação da população negra, mas também a assistir tudo aquilo que o Poder Público não vem assistindo na Bela Vista e no centro da cidade. Ela se torna polo de organização disso.

Eu queria transmitir para a Vereadora Silvia - para deixar à disposição tanto da revisão do Plano Diretor como da Comissão de Política Urbana - para encaminhar essa questão em relação à permanência da Vai-Vai no bairro. A gente tem trabalhado em algumas frentes. Uma delas, que a gente vem discutindo com o Movimento Saracura Vai-Vai, é o seguinte: a gente foi impedido pelo Ministério Público. Vejam só: o Ministério Público, que não paralisou a obra do Metrô, paralisou a construção da quadra nova por motivos que eles deveriam ter considerado: a falta de EIA-Rima, de estudo de impacto. A gente sofreu muito, inclusive com o preconceito das

classes que já dominaram uma parte do Bixiga, por puro preconceito com as atividades da escola. A gente já vinha sofrendo isso. A gente está com a obra paralisada. Hoje a Vai-Vai não tem uma sede social, e a gente tem ensaiado por um acordo que nós fizemos com o Sindicato dos Bancários, na Sé, e que também vai terminar, porque o sindicato fez uma parceria, e a quadra do Sindicato dos Bancários foi vendida. Ou seja, a gente hoje só tem garantido o uso da quadra dos Bancários até dezembro. Depois disso, a gente não sabe como vai ficar a preparação da escola para o Carnaval de 2024.

A gente tem trabalhado hoje com a seguinte ideia: nós só temos um ponto disponível. A escola entende que só tem um ponto disponível na Bela Vista para a permanência dela, que é a ocupação do antigo Teatro Zaccaro – Cine Rex, que está abandonado. (Palmas) A escola hoje já faz os ensaios. A gente está fazendo um trabalho para o centenário da escola e inclusive nós fizemos as preparações da escola de 80 a 89 utilizando o espaço do Teatro Zaccaro. Está aqui o Minoru, que foi da Comissão de Carnaval, um dos carnavalescos campeões inclusive pela Vai-Vai, com *Orun-Ayé*, que preparou por muito tempo o Carnaval da escola nesse espaço. (Palmas) É um espaço cultural importante e que poderia estar sendo articulado, poderia estar sendo usado na Bela Vista, mas seu uso lá está abandonado.

A gente basicamente nesse documento propõe a troca: a desapropriação, por interesse social, do Teatro Zaccaro para a ocupação, para a sede social da Vai-Vai. (Palmas) E a Vai-Vai propõe que os terrenos que a Acciona comprou na Rua Rocha com a Marques Leão estejam disponíveis para o Poder Público para construção de moradia social de faixa 1 para a população negra, para permanência no Bixiga. (Palmas) É isso que a gente está querendo construir aqui, porque a gente entende que a permanência da população negra no Bixiga é importante, fortalece a escola e fortalece a identidade do bairro; e entende que a Vai-Vai precisa permanecer no bairro da Bela Vista.

Basicamente é isso que a gente vem propondo, vem trabalhando, além das questões da permanência dos achados na Bela Vista, do trabalho que - inclusive eu, como diretor cultural, Fernando - a gente quer contribuir de maneira ativa, para que esse centenário que a gente está

construindo e o pós-centenário, a gente consiga desenvolver atividades, inclusive dentro do plano que já foi entregue aqui, de educação patrimonial, porque a gente acha importante tudo isso, ser um espaço ativo, ser um espaço de construção; e o Vai-Vai tem potência, tem condição de contribuir com essa programação cultural.

Eu queria agradecer o Movimento Saracura Vai-Vai, inclusive pela paciência na construção da participação da escola de samba Vai-Vai. O Vai-Vai não é uma escola homogênea, como muitas escolas de São Paulo. Tem participação da sua comunidade ativa. Há divergência lá no conselho deliberativo. A gente senta, a gente conversa, a gente dialoga e a gente trabalha para o melhor, não só para a escola de samba, mas para que o Bairro da Bela Vista seja feito e para a população que está em torno da escola de samba, a sua comunidade, as suas alas, os seus chefes de alas, para que sejam muito bem assistidos pela escola. Está? Então, da parte da escola, é isso.

Eu queria, mais uma vez, agradecer e me colocar à disposição e colocar a escola de samba Vai-Vai à disposição para o debate em relação a isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada.

Anuncio mais algumas presenças, dos conselheiros participativos municipais da Subprefeitura da Sé, conselheira Inês Lucchesi, conselheira Sílvia Mule e conselheiro Fábio Cabral e Regina Célia da Silveira Santana, conselheira do conselho estadual de participação e desenvolvimento da comunidade negra do Estado de São Paulo. (Palmas)

Na próxima fala, gente, nós vamos encerrar as inscrições. Enquanto o convidado estiver falando, quem ainda quiser se inscrever para falar, depois que os convidados fizeram suas falas, aí nós vamos abrir para o público, por três minutos, para cada um. Então, quem quiser se inscrever, inscreva-se agora durante a fala do próximo convidado.

Nós vamos passar agora para um bloco dos movimentos de moradia.

Tem a palavra a Sra. Carmen Silva, do MSTC. (Palmas)

A SRA. CARMEN SILVA – Bem, boa noite a todos, todas e todes. Eu vou falar aqui

do ponto de vista de movimento de moradia, que está há três décadas no Bairro do Bixiga, ocupando espaços ociosos, abandonados, trazendo o trabalhador de baixa renda para morar em um bairro estruturado, com dignidade, um bairro que já tenha saneamento básico, um bairro que já possua escolas, um bairro que já possua creches, um bairro que tenha lotéricas, um bairro que tenha um comércio e, acima de tudo, num contexto cultural muito grande, um bairro que a gente pode dizer que é uma periferia na região central, com as suas capilaridades também da vulnerabilidade.

Em 2014, quando os movimentos sociais vieram aqui para esta Casa, pedi eu aos Vereadores que aprovassem o Plano Diretor, foi porque surgiram ali instrumentos que nós pensávamos que seriam cumpridos. Um deles é a outorga onerosa, que dizia que, na construção de algum imóvel, de algum edifício, viria para o Fundurb, que é o Fundo de Desenvolvimento Urbano, um percentual que era para habitação de HIS.

Vendo o Bixiga hoje verticalizado e com várias construções, até agora a gente não identificou qual é a troca, se é a OODC, que é a Outorga Onerosa, onde é que está esse dinheiro?

E, dentro dessa capilaridade do bairro do Bixiga, nós temos muitas coabitações. Eu não poderia deixar, aqui, de mencionar, as várias entidades que o Bixiga tem, a várias mãos, Arena, a Rede Social Bela Vista, o Salve Saracura, os blocos carnavalescos, a Escola de Samba Vai-Vai que traz, para nós, não só a história do samba, não só a diversão, mas também o contexto do encontro – o encontro de famílias, das crianças -, o trabalho social que toda essa rede que está dentro da Bela Vista pratica, efetivamente, na ausência do estado, na ausência do Poder Público.

Não posso deixar de destacar o papel dos movimentos sociais. Hoje, quem faz moradia popular são os movimentos sociais, criminalizados, porque ocupa, porque coloca pessoas, tirando dessa coabitação e, como muitas falas já deixaram bem evidente, que quem faz o certo é criminalizado, e quem faz o errado – que é o próprio estado – não tem nenhuma punição.

Fico aqui imaginando que nós, movimentos sociais, com a nossa sabedoria

insurgente, com a nossa arquitetura insurgente, nós transformamos o local. Nós pegamos prédios abandonados e transformamos em áreas culturais, em moradias dignas, onde as pessoas podem ter acesso à educação, à cultura, ao lazer, porque essa é a prática da qualidade de vida de um bairro.

Fico pensando: uma estrutura tão grande quanto a nossa Prefeitura de São Paulo, como não tem a capacidade da escuta. Como é que se pensa em fazer uma estação de metrô e deslocar uma escola de samba tradicional, que é a tradição da Bela Vista e, como bem salientou o André, agora estamos pensando no centenário dela, como que se pensa em trazer o concreto, em trazer resíduos, quando a população está discutindo a biodiversidade, a economia criativa, que é isso que é o bairro do Bixiga.

Estou vendo a Inês, que é do Conselho Participativo. Inês, quando fui Coordenadora do Conselho Participativo da Sé, deixamos lá uma emenda, uma verba, para que as calçadas da 13 de Maio fossem todas arrumadas; deixamos uma verba para que o coreto da praça da República fosse arrumado; o que foi feito com essas verbas? Cadê as audiências públicas que, realmente, eram de escuta, e tínhamos do Conselho Participativo? Enquanto pensa em se destruírem os casarões históricos do Bixiga, não temos um CEU na Bela Vista e para isso nós já indicamos, aqui, o próprio terreno, que está localizado no fundo da Câmara Municipal para que fosse o nosso CEU.

Por mais que estejamos no Centro, temos uma capilaridade que são as suscetibilidades dos nossos vulneráveis; temos mulheres arrimos de família; temos muitos adolescentes com problemas; temos muitos casarões que, hoje, são cortiços e se tornam moradias não viáveis para nenhum ser humano. Enquanto isso, nós desperdiçamos, ou melhor, o Poder Público desperdiça dinheiro de um fundo reservado para isso com recapeamento de rua. Devolvam nosso dinheiro, faz o favor. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, D. Carmem.

Passo a palavra ao Sr. Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, representando o MMC.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA (GEGÊ) – Boa noite.

Vou pedir licença para falar em pé, companheira, pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Gegê, pode ser, só que você pega o microfone ali da ponta porque fica mais fácil para as falas serem gravadas. (Pausa) Gegê, se você preferir, você também pode falar da tribuna. Aliás, todos que preferirem podem falar da tribuna.

O SR. LUIZ GONZAGA DA SILVA (GEGÊ) – Boa noite, senhoras e senhores, companheiras e companheiros.

É interessante, gente, uma coisa que eu sempre lembro. Tem umas mudanças que fazem que a gente engula como se tudo fosse normal. Antes a gente tinha favelas. E aí passou a ser chamado do quê? Comunidades. E o que mudou na vida daqueles pretos que lá na comunidade estão? O que mudou? Digam-me.

Mas hoje a comunidade também já não serve mais. Agora já são territórios. Os territórios, que beleza, que maravilha. Os pretos estão morando nos territórios. Mas o que mudou na vida dos pretos e das pretas? Nada. Continua o mesmo ou até pior.

O sistema é selvagem. O sistema é maligno e planeja o seu caminho. O metrô vai passar levando gente de bem. Agora, o metrô vai passar levando gente de bem e aos que ali vivem ou viviam, o que vai acontecer com eles e com elas? A periferia esperando sem ter mais como comportar. A periferia está esperando por esse povo preto que está enfiando esse pedaço da cidade. Tem que tirar. E aí tira e leva para os fundos dos fundos da periferia da cidade de São Paulo.

Isso porque nós mesmos, pretos e pretas, cada um defende um pedacinho, um quinhãozinho que não existe. Se hoje somos a maior população do país, quase 66% da população brasileira é preta, essa população é muito pouco representada em qualquer lugar deste país, qualquer lugar - no Parlamento burguês, é aonde você chegar. É preciso que a gente acorde um pouquinho e enxergue um pouquinho aquela que está ao seu lado, aquele que está do outro lado, mas muitas vezes você prefere olhar para dentro de si sem olhar para fora, para aqueles e aquelas que poderão, amanhã, te dar uma mão. Essa mão hoje é a mão da unidade,

é a mão da solidariedade, é a mão que vai garantir que você possa sobreviver ao sistema selvagem.

O desenvolvimento é bom? É bom. Nós precisamos. Mas faça o desenvolvimento sem mexer na condição de vida do ser humano. O sistema capitalista não pensa isso. O sistema capitalista pensa o seguinte: “eu tenho 10, mas eu quero mil. Não quero saber de onde vai sair.” Aí é o povo preto deste país que está pagando muito caro por esse desenvolvimentismo que está acontecendo. Não somos contra o desenvolvimentismo. Somos favoráveis. Porém, queremos que o desenvolvimento respeite o direito às nossas vidas. Porque sem respeito às nossas vidas, sem respeito à nossa dignidade, não tem desenvolvimento também.

Por isso, meus companheiros e companheiras, acredito que o Bixiga, hoje, é um dos bairros que eles estão começando a querer mexer. Depois do Bixiga vem o próximo. Qual será o próximo? Nós não sabemos. Aí pode ser Barra Funda, Tatuapé, Belém e vão mexendo. Quando a gente for ver, todos nós vamos estar lá na periferia da periferia da periferia. E aí, individualmente, cada um tentando sobreviver e não sobrevive.

Por isso é que eu milito em um movimento chamado MMC – Movimento de Moradia na Cidade de São Paulo -, como também falo aqui pela Central de Movimentos Populares, a CMP. Para nós, ou nós construímos unidades para essa classe trabalhadora, neste estágio político que estamos vivendo, ou nós vamos ser triturados pelo sistema selvagem, e quando tentarmos acordar já não teremos mais o nosso devido bom sono. O seu sono já se foi.

Com isso, boa noite e obrigado a todas e a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Gegê.

Chamo agora a Welita Caetano, representando a FLM.

A SRA. WELITA CAETANO – Boa noite a todos, todas e todes.

Eu sou da Frente de Luta por Moradia. Também sou do grupo de Mulheres Negras na Frente.

A FLM é um movimento que organiza 58 ocupações na cidade e nós também estamos aqui no bairro da Bela Vista. E, de uns anos para cá, temos trazido bastante a pauta

das mulheres negras, porque elas são a maioria dentro do movimento. Então, cerca de quase 90% de quem está no movimento é de mulheres e mulheres negras. Nós criamos o grupo chamado Mulheres Negras na Frente

Também temos construído o discurso Nenhuma Mulher Sem Casa. Esta tem sido a nossa bandeira: nenhuma mulher sem casa nesta cidade ou em qualquer outro lugar do mundo. Enquanto houver uma mulher sem moradia, sem um lugar para abrigar os seus filhos, nós estaremos na resistência, na luta.

Eu cheguei no bairro do Bixiga há 25 anos, e cheguei com os meus pais. Nós, como muitos que moram no bairro, viemos de outro estado, do estado de Goiás. O meu pai é um lavrador, um homem negro. Ao chegarmos na cidade, quem nos abrigou, quem nos acolheu foi o bairro do Bixiga, não com toda a dignidade que um ser humano precisa para viver. Fomos morar em um albergue. No Pedroso havia um albergue e foi ali que fomos morar. Permanecemos no local por alguns meses até que fomos parar em uma ocupação que, inclusive, era coordenada pelo Gegê. Morei oito anos nessa ocupação e hoje eu sou liderança de movimento há alguns anos – desde os meus 16 anos.

Temos algumas ocupações. O nosso grupo coordena oito ocupações e duas delas estão no bairro do Bixiga. Uma delas está em uma área demarcada de interesse social, uma ZEIS. Então, nós já estamos lá há nove anos. Todos estão convidados a conhecer a área, que é um ponto de resistência e fica na Rua Conselheiro Carrão, 202. Ali, nós tivemos de acampar durante algum tempo, quase 30 dias, na porta da Prefeitura, e conseguimos desapropriar o imóvel ainda na época do Haddad. Nós passamos por vários processos: tentativas de remoção. Todas as desculpas imagináveis, pela Cohab, foram dadas para remover os moradores dali, mas nós conseguimos resistir porque é uma área demarcada, está na ZEIS, como área de interesse social. Por isso, o juiz determinou que ali deveria ser formado um conselho gestor. E nós estamos nessa resistência, nesse processo, agora, de formação de conselho gestor.

Gostei muito da sua fala no sentido de que a nossa luta é a luta da classe trabalhadora, e essa classe trabalhadora tem cor. É o povo que sempre foi excluído, que foi

explorado, foi expulso. Quando saiu da escravidão, não teve acesso à terra, não teve acesso a absolutamente nada. Então, a única coisa que sobrou para nós foi a luta.

Quando eu pergunto sobre a criminalização aos movimentos de moradia, aos movimentos que lutam pelo território, é no sentido de que a gente mexe com o núcleo da coisa. A gente mexe com o centro do capital, o coração, é como se você atirasse uma flecha ali. E é exatamente isso que fazemos, é o povo colocando o seu próprio corpo em resistência. Ali colocamos todas as nossas emoções, colocamos o nosso sofrimento, a nossa fome, a nossa sede, a violência que sofremos todos os dias pelo Estado, porque não é fácil receber uma sentença de reintegração de posse. Vocês que estão agora sem um lugar para poder desenvolver toda a sua humanidade, sua cultura, tudo isso que é muito bonito e fundamental para o ser humano, serem arrancados disso é um processo de desenraizamento.

A Simone veio e fala sobre isso, e é a minha filósofa favorita, no sentido de que fala do processo de desenraizamento. E como é fundamental para o ser humano ter um lugar, porque esse lugar é a extensão do seu próprio corpo. E gosto muito do que Freud fala, ele diz que o ser humano quando está sendo desenvolvido no útero, ele encontra ali abrigo, alimentação, tudo o que é necessário para um ser, ser feliz. E quando ele é lançado ao mundo, ele passa a vida inteira em busca dessas mesmas sensações. E é na casa, é a casa, é esse lugar onde ele pode estar protegido que traz essas sensações para o ser humano.

Então, quando você faz um planejamento de uma cidade, essa cidade é para quem? Essa cidade é para as pessoas ou é para o capital? Temos visto que é para o capital, é para o interesse do mercado. Se você tem hoje, e não somos contra ter um Metrô, ter melhorias no bairro, não somos contra, mas cadê as políticas públicas para garantir que a classe trabalhadora permaneça naquele local. Não temos falta de prédios que não cumprem a função social, não temos falta de imóveis que estão devendo 5 milhões, eu posso listar, pelo menos, dois ou três, um que tem dívida de 6 milhões de reais e outro que tem dívida de 5 milhões de reais. Cadê que esses imóveis são desapropriados para serem transformados em moradia de interesse social no bairro do Bixiga. Não há vontade política.

Então, é por isso que somos uma pedrinha no sapato e é só por nossa causa, de cada um aqui, cada um no seu front, que a cidade não foi completamente tomada pelos interesses econômicos. Temos um papel fundamental, papel de organizar a classe trabalhadora, organizar as mulheres, organizar o povo negro, para resistirem porque não temos outra arma. Não temos nenhuma outra arma. Não temos dinheiro, não temos o Estado, não temos outras forças, não temos a mídia a nosso favor, mas temos uns aos outros. Então, somos fortes por isso.

Só quero dizer que também sou do mandato do Manoel Del Rio, ele esteve aqui, pensou que era às 18h, mas tinha um compromisso às 19h, e pediu para nos colocarmos à disposição do Saracura, do Vai-Vai e de todas as organizações, para que se construa a frente ampla de resistência no bairro do Bixiga. E ele também assinou o Manifesto e a Frente de Luta.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada.

Registrada a presença do Vereador Manoel Del Rio, um parceiro, com certeza, temos de unir esforços mesmo, para conseguirmos os nossos objetivos.

Quero chamar, agora, as parlamentares que estão na Mesa, logo em seguida vamos abrir para o público. Chamo a Vereadora Elaine Mineiro, da Mandata Quilombo Periférico do PSOL.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Boa noite. Na verdade, vou falar muito rapidamente, porque acho que as questões que eu ia apontar também já foram muito bem colocadas pela Gisele, por todas as pessoas que estão na Mesa, que são questões muito fundamentais.

Só quero trazer um dado que levantamos: 41% das pessoas que se declaram negras e pardas, em São Paulo, estão concentradas na zona Leste da cidade. E 31% das pessoas que se autodeclaram pretas e pardas estão concentradas na zona Sul da cidade. Dois territórios que contam essa história de pessoas que foram retiradas das regiões centrais e levadas tanto para a região Leste, como para a região Sul.

Acho importante e sempre bato nessa tecla, Gisele, porque eu acho que o que é dito pela Mesa também é muito importante ser ouvido. O processo de embranquecimento da região central é um projeto político em curso. Então, é importante a gente denunciar o racismo mesmo, o racismo geográfico, o racismo ambiental, com que as políticas públicas se apresentam.

Quando a gente faz o traçado de uma linha de trem ou de um conjunto habitacional ou mesmo de alto luxo que vai ser construído na cidade, isso não é natural, você faz o traçado escolhendo exatamente por onde ele vai passar e, comumente, as pessoas fazem isso com os territórios negros. Esse não é um processo só da história, da construção da nossa cidade, é um processo que continua em curso.

Eu me lembro de que uma das primeiras atividades das quais participei quando me tornei Vereadora foi uma oitiva, em que a Secretaria de Urbanismo estava presente, e a nossa primeira pergunta para um dos projetos que eles estavam pensando era: “Vocês fizeram algum estudo em relação à população negra? ”, e o Secretário não sabia nem sobre o que eu estava perguntando. A resposta que ele me deu foi sobre o estudo de EIA/RIMA que eles fizeram, ele sequer se preocupou em entender a questão levantada, que é a gentrificação que ocorre na cidade de São Paulo, no país como um todo, na verdade, onde existe um processo racista muito evidente.

É bom falar sobre isso. Quando a gente diz que o racismo é estrutural, a gente não diz que ele é invisível. Não é impossível a gente enxergar as estruturas que corroboram com o racismo na nossa cidade.

Eu queria fazer duas perguntas para os representantes presentes: a primeira é em relação às enchentes. Foi apresentado aqui um trabalho, um estudo, talvez para acabar ou tentar amenizar, os alagamentos; mas a gente também percebeu um aumento significativo de regiões alagadiças nesse território.

Entre 2018 e 2019, triplicou o número de enchentes registradas naquela região. E a minha pergunta, na verdade, é para saber se a movimentação e as obras que aconteceram naquele território contribuíram para o aumento das áreas alagadiças. Houve um estudo para

entender se esse é um aumento natural da média histórica, se houve alguma movimentação, ou se foram as próprias obras da região que ocasionaram esse aumento?

Estou perguntando isso, porque a gente tem acompanhado o problema das enchentes na cidade e, em vários territórios onde há intervenção urbanística muitas vezes promovidas pela própria municipalidade, a gente ouve a população do entorno relatar que áreas que não sofriam mais com as enchentes voltaram a ter enchentes ou que áreas que tinham alagamentos muito pequenos começaram a ter enchentes muito maiores. A preocupação é entender se houve algum estudo, pesquisa, se foi feito algum levantamento da Prefeitura em relação a esse aumento das enchentes na região, que não é natural.

A segunda pergunta é que também apresentaram a inclusão das ZEPECs tanto nos territórios negros, quanto nos territórios indígenas. A gente sabe a importância fundamental das ZEPECs para o patrimônio cultural da cidade; porém, eu gostaria de saber sobre a implementação dessas ZEPECs: Quais são as medidas de implementação e quantas ZEPECs estão implementadas na cidade de São Paulo?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Vereadora Elaine.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa noite a todas as pessoas. Queria agradecer todos os presentes, Vereadora Sílvia, Vereadora Elaine, todas as lideranças presentes: da cultura, da defesa de mulheres, do Vai-Vai, enfim.

Na verdade, vou falar rapidamente porque é um momento de escutar. Estou vendo muita gente para falar aqui. Mas eu queria falar que esta é uma audiência do Plano Diretor Estratégico e a gente sabe que esse é um dos momentos em que a gente disputa a política urbana, que a gente disputa a habitação, que a gente disputa a memória, a história e, principalmente, combate a especulação imobiliária. Não é só no momento do Plano Diretor que a especulação imobiliária costuma aparecer. Historicamente, o Bixiga sofre com isso, com ou

sem Plano Diretor. Essa é a verdade. Só que, no Plano Diretor, uma série de regras e regalias para as grandes construtoras são votadas.

É muito importante a gente ter essa audiência no dia de hoje, para conseguir fazer um volume, uma força para falar, especialmente, sobre o Bixiga, que o Saracura Vai-Vai é uma movimentação orgânica do bairro para conseguir fazer frente a essa ofensiva das construtoras no momento do Plano Diretor.

Claro que, para além do Plano Diretor, tem as outras questões.

Eu lamento a ausência do Diretor do Metrô; é grave que ele não venha. Vamos ver se na ALESP – acho que a gente pensando numa audiência dessas, Silvia, se ele não vai, lá tem poder de convocação porque o metrô é estadual, se ele não foi vai incorrer numa irregularidade. Acho que é muito importante que a gente possa fazer o debate não só do nome, mas do memorial, do Centro de Educação Patrimonial. Acho que é muito fundamental a gente pensar as ferramentas do Plano Diretor, como é o caso da ZEPEC, para a gente preservar o que tem, de fato, no Bexiga, de luta de movimento negro, de cultura, de samba, a ZEPEC que é uma zona de proteção cultural. É uma ferramenta importante que não é utilizada no Bexiga. Acho que essa é uma luta que a gente vai ter que fazer no momento do Plano Diretor. Acho que isso vai ser muito importante.

A intenção dessa Prefeitura, infelizmente, é: acabando as audiências como esta que a gente está fazendo do Plano Diretor, votar alguns dias depois, em primeira votação. Nós vamos ter que ter máxima atenção para procurar colocar elementos como o próprio ZEPEC na primeira versão do Plano Diretor. Acho que vai ser muito importante todos nós mantermos contato e conseguirmos pensar as táticas em conjunto, porque vai ser uma votação rápida. A+ Prefeitura quer. Eles querem votar assim. Se pudessem, não fariam uma audiência pública como esta. Só a fizeram, principalmente, com o esforço da Bancada da Oposição com o Ministério Público. Acho importante a gente pensar nisso.

É fundamental ter a Vai-Vai aqui. Agradeço pela presença do André. A gente sabe que o que aconteceu com relação à quadra foi mais um passo no embranquecimento da região.

Foi um passo muito grave, muito pesado. A gente sabe que a luta não está acabada, e, agora, para além do Vai-Vai enquanto escola, enquanto instituição, tem-se um amplo arco de movimentos sociais, de moradia, de movimento negro que estão juntos.

Então, é isso. Paro de falar. Queria dizer que a gente tem tentado aprovar leis antirracistas na Câmara Municipal, uma delas é SP Solo Preto e Indígena que estabelece proteção dentro do município para a cultura e para a memória negra. É uma lei que ainda não foi aprovada em segunda; já foi aprovada em primeira; que estabelece mecanismos de proteção, de fato, para a memória negra e indígena na cidade de São Paulo.

É isso.

Seguimos na luta.

Muito obrigada pela presença e por poder estar aqui, Sílvia. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereadora

Luana.

Passo a palavra para a Codeputada Estadual Simone Nascimento, da Bancada Feminista. (Palmas)

A SRA. SIMONE NASCIMENTO – Obrigada, Sílvia.

Em primeiro lugar, boa noite para todos, todas e todes.

Para mim é uma alegria muito grande poder estar aqui fazendo essa escuta e poder, de alguma forma, ouvir a discussão que está acontecendo na Câmara Municipal e conseguir refletir as lutas na ALESP também. Eu queria agradecer à Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, Elaine Mineiro, Luana, Gi, Dona Carmem, Gegê, André, à companheira da FLM que estão presentes e tantos movimentos que estão na plateia e que, em breve, eu vou poder escutar nessa discussão tão importante, em especial, a Mobilização Saracura Vai-Vai, o Vai-Vai e todos os movimentos que compõem essa articulação.

Eu acho que, em primeiro lugar, é muito positiva articulação que se fez em torno do movimento Saracura Vai-Vai. Essa articulação tem possibilidade de diversos desdobramentos fundamentais, inclusive, uma população que tem se articulado e que tem feito um bairro de muita

síntese, articulação, mobilização que está revertendo em muitas áreas, inclusive, no Plano Diretor.

É fundamental a gente ver as consequências dessa articulação que está fazendo um debate sobre direito à cidade, memória, população negra; que está debatendo uma cidade de São Paulo possível e diferente a partir do olhar daqueles que moram no território que é, muitas vezes, negligenciado por uma série de ausências de políticas públicas.

Eu queria comentar que, ao longo dos espaços por que a gente passa do estado de São Paulo e que a gente vê outros espaços de memória, resistência, o Saracura Vai-Vai tem sido um espaço de ecoar possibilidades de muitos lugares que estavam apenas no seu território e fazendo lutas que estavam sendo esmagadas, apagadas, aproveitar um momento de ampla quebra de silêncio que o Saracura propõe a partir de uma mobilização, romper o silêncio e ajudar outras mobilizações. Não à toa, saíram na *Folha de S. Paulo* outros territórios que também foram quilombos na cidade de São Paulo. Isso é muito importante.

Além disso, a minha fala se atém, de forma muito rápida, para que eu possa ouvir os demais, em falar sobre a possibilidade e a permanência de um convite para discutir isso também em nível estadual. Os temas que envolvem metrô são de esfera estadual. Que bom que nós da Bancada Feminista estamos na Assembleia Legislativa de São Paulo; que bom que a gente está fazendo uma articulação da Frente Parlamentar em Promoção da Igualdade Racial e em Defesa dos Povos Indígenas e das Comunidades Tradicionais. A gente está fazendo isso com o mandato da Deputada Estadual Leci Brandão, do PCdoB, com Deputados do PT, como Marcolino, Barba, Tainara, com outras Parlamentares do PSOL, como o Movimento Pretas e a Ediane, para que a gente possa fazer discussões sobre temas da vida da população negra, inclusive, sobre território, memória e preservação, como Saracura Vai-Vai faz.

Eu queria deixar um convite para que a gente possa continuar essa discussão em nível estadual também. Na quarta-feira, teremos uma reunião com movimentos sociais, às 18h, on-line, quando nós iremos pensar as principais discussões e planejamentos da nossa Frente Parlamentar, e, no dia 13 de julho, às 19h, vamos lançar essa Frente Parlamentar na Assembleia

Legislativa de São Paulo.

Queria, por fim, trazer uma reflexão de que a gente, muitas vezes, anda na estação Santa Cecília, por exemplo, um dos maiores exemplos de estação que se propõe a responder a uma cidade educadora que fala sobre memória e sobre museu e que é reconhecida como uma estação que conta a história da Santa Cecília. Por que não fazemos a estação Saracura Vai-Vai contar a história do Bixiga? (Palmas)

Nós não estamos propondo nada de diferente. Apenas que a população negra tenha direito a esse conceito de cidade, e que os habitantes que passam pelas linhas de metrô possam ter acesso a esse tipo de patrimônio histórico e cultura do nosso povo.

Então, obrigada.

Eu sigo na escuta. Tamo junto. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Simone.

A gente vai passar para o próximo momento da nossa audiência para ouvir as pessoas que se inscreveram.

Vou chamar o primeiro inscrito, lembrando que são três minutos pelo regimento das audiências públicas. Há um cronômetro para que vejam e tenham noção de quanto tempo está passando. Quando der os três minutos, eu vou falar: “conclua”. A gente faz isso para que todas as pessoas inscritas possam ter oportunidade de falar.

O primeiro é o Diego Gazola, da ONG Samorcc.

O SR. DIEGO GAZOLA – Boa noite a todos e a todas.

Agradeço em nome da Samorcc essa oportunidade e em nome do grande espírito do Morro Caguaçu, venho trazer uma mensagem.

Bem, o Morro Caguaçu, antes de tudo, proveu a água de todos os povos que habitaram aquela região, desde os italianos, mais recentemente, também os povos negros que ali passaram e ainda habitam a região e reivindicam essa causa, da qual faço parte; assim como povos indígenas originários daquela região.

Quero dizer, também, que essa linha do metrô tem 15 quilômetros de extensão, como

vocês sabem, 15 estações, a maior obra de infraestrutura da América Latina. Ela tem como a linha no local onde há a Praça 14 Bis, potencialmente, um dos pontos com maior densidade demográfica da cidade de São Paulo. Com duas paradas do ônibus, a partir do Terminal Bandeira, a gente tem esse ponto, *hub* de conexão, que conecta até a Brasilândia. A gente tem esse futuro pela frente. Não sou contra o metrô. Sou a favor, mas a forma como foram iniciadas as obras é o que eu questiono aqui.

As poucas árvores, que ainda têm no canteiro de obras da 14 Bis, estão lá devido a uma vigília que eu fiz naquele local, um afrontamento à empresa, que começou a desmatar aquele antigo parquinho da Rua Manoel Dutra. Se vocês se lembram, era um grande resquício de mata nossa.

Quero trazer também essa reflexão. Nós estamos na confluência de quatro grandes rios, que na minha visão são grandes, pela importância, não pelo tamanho, pelo dimensionamento de vazão. São eles: Rio Augusta; Rio Saracura, com diversos veios na região da grotá; também Rio Bixiga. O Bixiga tem seu nome devido ao córrego daquela região. E também o Rio Itororó.

Eu consultei, agora há pouco, para a gente ter uma informação de 8 de maio de 2023 sobre as obras do metrô no *site* oficial da Linha Uni, e trago para vocês: 14 Bis, 4,87% concluído. Já a Estação Bela Vista, 33,22. Agora, uma curiosidade, até o André trouxe a sua fala sobre a sede social da Vai-Vai, onde foi alocada a escola de samba, e achei muito interessante a possibilidade de migrar para o teatro, na confluência da Rui Barbosa com a Carrão – acho super oportuno, até para dar vida àquele local. Mas vejam vocês, a saída de ventilação do metrô da Praça 14 Bis fica com 0,00% de obras.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. DIEGO GAZOLA – Então se a Acciona menciona que ainda não se iniciou a obra, por que essa área está toda desmatada, em frente, ali na Rua Almirante Marques de Leão? Alguém me explica?

Com esse questionamento, eu teria muito ainda que falar, mas quero trazer a reflexão

de que seja a sede da Vai-Vai ou sejam as habitações de interesse popular – que acho superoportuno e importante – a gente só vai ter essas construções se essa mata for preservada. Se isso daqui descer, a gente tem todos os processos junto ao Ministério Público de São Paulo, que está cuidando desse caso, desse desmate da encosta, não vai ter nem obra pública...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DIEGO GAZOLA – Já estou concluindo. ...nem vai ter a habitação de interesse popular nem a sede da Vai-Vai.

Então a gente está nesse ponto, onde está sendo construída a sede da Vai-Vai, na confluência de vários braços do Rio Saracura. Aquela pracinha da Rocha não foi criada porque acharam bonito ali. Ali é o ponto de encontro dos braços das águas que descem pela Rua Rocha e pela Rua Almirante Marques de Leão.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. DIEGO GAZOLA – Vou terminar. Essa obra é supercomplexa, seja qual for, e é importante a gente preservar essas águas, porque a gruta é a nossa maior riqueza. A maior obra de infraestrutura da América Latina, sem pensar nas águas, além dos povos originários, dos negros, que ocuparam aquela região, não é sustentável.

A gente está falando de um futuro – já vou terminar com a última frase – por 24 anos entre construção e operação dessa concessão da Linha Uni. A gente tem que pensar no nosso futuro a longo prazo, porque as gerações futuras vão sofrer o que nós deixamos de fazer aqui no presente, e a gente falar de sustentabilidade e preservar para as gerações futuras é a gente entender que as crianças de hoje vão estar como jovens, adultos e nós ainda estaremos aqui, idosos, e sofrendo todos os impactos pela falta de preservação socioambiental do nosso território.

Agradeço a todos. Parabenizo e espero que desta nossa audiência pública efetivamente a gente consiga uma união entre várias entidades, Salve Saracura, Saracura Vai-Vai, Rede Social Bela Vista, para que a gente consiga efetivamente sair do papel e das redes sociais. Grato. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Cinco minutos. Vamos tentar, gente, controlar o tempo, para todo mundo poder falar e não esvaziar a audiência.

O próximo é o André Luzzi, do Movimento pelo Parque Rio Bixiga.

O SR. ANDRÉ LUZZI – Olá. Muito boa noite. Peço licença aos mais velhos, axé para os mais novos. É muito importante a gente olhar como o racismo estrutural e ambiental deixam marcas severas em temas que a gente viu agonizar na pandemia, e com o desgoverno, como a fome, os problemas de saúde, a violência doméstica, a sede. E a ideia de um parque, onde as águas agora estão saudando os nossos pés, porque é aqui que está passando o Rio Bixiga, mostra uma viabilidade imensa. O próprio estudo de drenagem, apresentado hoje, mostra que ter uma área verde ali, ao lado do Teatro Oficina, pode ser muito significativo para pensar uma agrofloresta nesse território, pensar geração de trabalho e renda, para pensar em ações socioeducativas, para desenvolver uma culinária da terra, para pensar uma possibilidade intensa de outra sociabilidade, que não essa de mercado, uma sociabilidade por uma economia social e solidária.

Vimos também, pelo estudo apresentado pelos técnicos da Prefeitura, o desejo majoritário da população sobre áreas verdes. Não foi isso que apareceu no PDE? A gente reivindicar, lutar por um parque, frente às incríveis mudanças climáticas que estamos vivendo, quando a gente fala de eventos extremos com muita água ou muita sede, a gente ter um parque com um rio que está a apenas três metros dos nossos pés. Vocês viram naquele estudo como o rio está colapsado, dentro daqueles encanamentos. Vocês viram essas fotos, no estudo? Aquilo ali é um sufocamento da vida. Nós estamos sufocando a vida e a única área possível de não ser adensada de novo, ter um prédio para a elite, branca, possivelmente no Centro, seria converter para um parque comunitário de uma gestão inclusive comunitária, com toda essa diversidade sociocultural do Bixiga. E ali nós começamos já a imantar, a projetar esse conselho participativo, comunitário, ao longo desse parque, sendo desses vários anos de luta pelo Parque do Rio Bixiga.

Quero agradecer a oportunidade de ter audiência pública como um esforço de realização de direitos e garantir nessa revisão do Plano uma estratégia de uma cidade

efetivamente para a sociedade, para a população e para garantia de uma vida plena em direitos.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, André.

Chamo agora o Felipe Gomes, que é do Movimento de Luta nos Bairros. Eu vou anunciar o próximo, para a pessoa ficar preparada. Depois do Felipe, é a Julia Vieira, do coletivo Salve Saracura.

O SR. FELIPE GOMES – Boa noite, companheiros e companheiras. Boa noite, camaradas. Meu nome é Felipe Gomes e eu faço parte do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas e represento os meus camaradas também da Unidade Popular pelo Socialismo.

Eu começo parabenizando a articulação realizada por todos os movimentos presentes em defesa da memória do Quilombo Saracura e também da Escola Vai-Vai.

Nós do MLB atuamos também no bairro da Liberdade, onde o esforço ferrenho do estado pelo apagamento da história negra e indígena já é conhecido por todos nós aqui, acredito. Nunca vai ser suficiente frisar o quanto a luta pela moradia digna, reforma urbana e contra o racismo urbano é uma luta contra um inimigo que tem nome e tem classe. É uma luta contra o capitalismo brasileiro e é uma luta contra a burguesia brasileira. É uma luta contra uma classe que tem como seu pilar fundador a exploração da classe trabalhadora negra, a exploração da mulher negra neste país.

Precisamos ter em mente, companheiros, companheiras e camaradas, que lutamos aqui no estado de São Paulo e na capital contra os resquícios do fascismo, que foi legado ao Brasil na figura de Ricardo Nunes e Tarcísio de Freitas. E, como bem dito pela companheira, nessa luta que é, sim, sangrenta, a gente não tem nenhuma outra arma que não seja a nossa organização.

A gente, que faz parte do movimento de moradias, sabe muito bem que os Planos Diretores, todas as reformas propostas nas assembleias, não saem do papel sem um forte movimento popular fazendo pressão. Nesse sentido, a gente deve fortalecer a nossa luta combatendo o mal pela raiz. O mal da especulação imobiliária não vai ser varrido da cidade de

São Paulo como deve ser feito sem a nossa participação, a participação dos movimentos populares formando uma frente única, uma frente popular pronta para combater o avanço da especulação, o avanço do capitalismo. A gente precisa lembrar que a luta contra o racismo estrutural também é uma luta anticapitalista. Para fazer avançar essa pauta não existe outro caminho que não a luta anticapitalista, que não a edificação de uma nova sociedade, que será a sociedade socialista.

Por fim, eu finalizo aqui dizendo que o MLB e AOP, que chegam atrasados sim nessa articulação, se propõem a colocar à disposição sua força militante para ajudar a somar nessa luta pela preservação da memória e do legado do Quilombo Saracura e da Escola Vai-Vai.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Felipe.

Próxima é a Júlia Vieira, Coletivo Salve Saracura. Em seguida, Luciana Araújo,
Mobiliza Saracura Vai-Vai. Júlia.

A SRA. JÚLIA VIEIRA – Boa noite, todas, todos e todes. Eu queria trazer aqui a voz das águas do Saracura. Acho que já me senti absolutamente contemplada em todas as falas socioculturais do bairro, da participante; me sinto bem contemplada na fala de vocês.

Eu sou baiana, o Bixiga também me acolheu como uma nordestina, mulher nordestina, lá sempre me senti muito bem, e há três anos saí do bairro já por conta dessa especulação que estava chegando e tornando minha vida um pouco inviável no bairro.

Atualmente, estou assistindo a uma obra da Trisul que é talvez a obra maior em funcionamento agora na Almirante Marques Leão, e ela visivelmente está em cima de um dos veios do Saracura. Recentemente, duas semanas atrás, diante da violenta retirada de terra da grotta do Bixiga, que é a bacia hidrográfica do Saracura, o Saracura se manifestou violentamente com suas águas e ficou por cinco horas vertendo uma água bastante forte lá. Hoje, essa água foi reduzida a um dreno que só é colocado em organismos doentes para tentar drenar essa água.

Isso já foi informado ao Ministério Público de São Paulo, porque nesse terreno existe uma ação civil pública, assim como existe outra ação civil pública num empreendimento na Seng,

que foi construído em cima da principal nascente do Saracura. Quer dizer, existem outros empreendimentos nessa mesma grota que continuam em vias de licenciamento e sendo executadas visivelmente sem qualquer critério, sem EIA-RIMA, sem respeito à população local.

Eu digo que estou assistindo porque vim aqui cuidar um pouco da minha casa, uma mudança de moradores, e tive oportunidade de um dia assistir. Em média, estava sendo retirado da grota do Bixiga... E lembro a todas vocês que o tombamento do Bixiga não é somente das edificações, é também do traçado urbano e é, principalmente, um tombamento geomorfológico, que conta a história da geomorfologia e da formação desse loteamento no bairro do Bixiga.

Eu não vou ter muito tempo, não gosto de pegar o tempo que é dos outros, mas existe uma questão bastante grave com relação às águas do Bixiga, até porque meu companheiro aí deve estar sabendo que o nível do mar já não é mais o mesmo. As geleiras recentemente sofreram danos bastante significativos, que impressionaram bastante o IPCC. Portanto, a gente pode prestar atenção que os principais alagamentos acontecem quando tem uma grande tromba d'água em momentos de maré alta.

A gente pensa que está muito longe do mar, mas não está tão longe do mar. Os rios já estão tendo dificuldade de vazão com a pressão em momentos de maré alta. São Paulo é ribeirinha, são 350 rios que estão aqui embaixo sofrendo a violência da especulação imobiliária na Cidade e – desculpe – com muito poucos estudos de impacto ambiental. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Júlia.

Chamo agora a Luciana Araújo, do Movimento Saracura Vai-Vai. Em seguida, Rubão Guerreiro, da Nação Quilombo do Bixiga.

A SRA. LUCIANA ARAÚJO – Boa noite a todas, todes. Quero agradecer a presença de todo mundo e, particularmente, agradecer à Comissão, às Vereadoras, à Vereadora Silvia da Bancada Feminista e demais Vereadoras que têm se empenhado para que a gente consiga travar esse debate neste espaço, porque o metrô localizado em cima da nossa ancestralidade, da nossa história lá no Quilombo da Saracura é, mais do que quaisquer outras obras do metrô, responsabilidade da União e do Estado, mas é também responsabilidade do Município. Eu me

inscrevi fundamentalmente para falar sobre um documento que a gente traz aqui hoje, que a gente quer ver encaminhado.

Como movimento, o Mobiliza Saracura Vai-Vai é uma articulação de uma série de outros coletivos e movimentos que já atuavam no bairro, com apoio de uma série de coletivos e movimentos da luta antirracista e de movimentos negros. E hoje a gente traz um documento que, além do Mobiliza Saracura Vai-Vai, é assinado também pelo próprio Vai-Vai, como falou o André, pelo MSTC, pelo MLB, pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, pelo MMC, pela FLM, também pelo Complexo Esportivo da Bela Vista, um projeto importante que se desenvolve há anos no bairro, pela família Tamarineira do Saracura e pelo Bloco Tricolor Antifa.

Para nós é muito importante essa aglutinação de diversos setores porque é o que, na nossa avaliação, vem sustentando a força que esse movimento vem demonstrando ao longo do último quase um ano. A gente teve a primeira reunião no dia 13 de junho. A gente conseguiu algo que quase 100% de nós considerava impossível no início do processo de mobilização, que foi uma determinação do Iphan para que o resgate arqueológico, a mexida nas peças que estava sendo feita a toque de caixa fosse suspensa em função da reação das águas e dos orixás donos daquele território, que vieram à tona na chuva do dia 7 de fevereiro, Laroie, que é quem está efetivamente protegendo aquele território.

E a gente vem conseguindo abrir espaços de diálogo com o poder público, porque a gente tem – e vai atuar para isso – muita expectativa de que sejam espaços de concretização das demandas da população e da comunidade. E aqui a gente reforça o que já foi dito da manutenção dos achados no território, da sua musealização, inclusive responsabilizando a construtora que vai ganhar dinheiro por 30 anos em cima do nosso território, num projeto que começou tirando a Vai-Vai dali, a questão de que os órgãos do município exerçam sua responsabilidade.

Em junho do ano passado, a gente fez uma reunião com o DPH e o Conpresp e foi aprovada uma série de resoluções que até hoje não tiveram encaminhamento; essa obra não tem plano de mitigação dos impactos arqueológicos, essa obra foi liberada à revelia da pesquisa

arqueológica, essa obra não apresentou ao DPH e ao Conpresp o EIA-RIMA e quais são os impactos dessa obra no território. E essa obra se comprometeu a garantir outro lugar para o Vai-Vai e hoje o Vai-Vai está sem teto.

Então, no marco do Plano Diretor, para concluir, a gente precisa de respostas às questões que a gente traz na carta que a gente espera que a audiência incorpore como suas deliberações e que a Comissão responsável responda a essas demandas da comunidade e que a gente assegure, na revisão do Plano Diretor, a resposta à pergunta da Vereadora logo no início da audiência, quais são os prazos, quando a comunidade vai ser ouvida para esse Plano de Drenagem, porque a gente sobrevive todos os dias com alagamento e não tinha notícia, até hoje, de que tem esses planos todos.

E quando é que a gente vai conseguir, efetivamente, debater a garantia de permanência da população negra no território do Bixiga, que já foi expulsa por três vezes, todas as ocasiões em que chegou o desenvolvimento? (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Luciana.

Passo agora a palavra para o Sr. Rubão Guerreiro, da Nação Quilombo do Bixiga. O próximo é o Sr. Carlos Rocha, Presidente da Associação Brasileira da Cidadania.

O SR. RUBÃO GUERREIRO - Boa noite a todos e a todas. Eu queria, em nome da Luciana, dizer 100% o que ela já falou. Como não está aqui o Metrô, na pessoa do Estado, eu vou dizer e ele vai ouvir isso por aí.

Vou me manifestar como poeta, além de quilombola, de uma sociedade de interesse público que é Soueuafrabrasileira, vou pedir permissão para declarar este poema, depois eu saio fora. Está bom? Chama-se: *Da Escravidão ao Voto Cidadão*. “Tumbeiros e o Navio Negreiros, Pra Raça Negra ‘Suprema dor! Desterro’, Coração do branco, só cobiça! Dinheiro! A bela ‘princesa negra!’ No meio do roseiral, Homem branco de tocaia, De repente, bote final! A nobre jovem esperava, Pelo ‘príncipe enamorado’, Um segundo, como fera acorrentada, Ao lado do seu ser amado. Ao mesmo tempo do outro lado, Do rico Continente Africano, Um jovem guerreiro andando, Ao longo sua esposa amamentando. Eis ali cena difícil de acreditar! Sua alma

inflamada de 'guerreiro', Viu a filhinha jogada sem pesar, No chão duro do próprio terreiro. Não parava de gritar! A sua, doce bem amada! Pelo homem branco levada, Em sinistra empreitada. De lance em punho voava, Querendo matar ou morrer! Seu valente coração guerreiro, Acelerado fortemente a bater. Quando viu-se Ardilosamente, Em 'emboscada' repentinamente, Rolando indefeso no chão, Mais 'vítimas!!!, Mercadejadores, escravidão!'. Muitos plebeus e gente nobre, Capturados de todos os lados, Negros Bantos e Sudaneses, Remavam Negreiros lado a lado. Enquanto negros nos porões remavam, Sob chibatadas e carnificinas!!! Imundos! 'homens brancos' em cima, As mulheres dos negros violentavam. O saldo nefando da 'escravidão é dantesco!!!' Matando muito mais de dezenas de milhões Há uma 'dívida histórica' sem preço, Contraída com Xangó! Nos porões. O pior que tudo isso era só o começo, Negros nos mercados Euro/Americanos, Subiam vertiginosamente de preço, Aguçando mercadejadores cada vez mais desumanos. Houve 'negro' desavisado e vilão, Corrompidos pela sordidez dos mercadejadores, Exacerbava ainda mais lancinantes dores, Trocando por dinheiro o próprio irmão Mercadejadores somente visando, Sempre Lucrar cada vez mais, Separavam a todo o momento, Os filhos de seus próprios pais. A Esposa separada do Esposo Guerreiro A Princesa do seu amado príncipe, Sequer souberam quais são os seus paradeiros, Consequência de toda sorte de acinte. A título de ganhar mais dinheiro, Pululavam singrando pelos mares, Tumbeiros e/ou Navio Negreiros, Cancros maiores de todos os males! Povoaram a América do Norte, em cima de milhões de mortes, Igualmente no Continente Sul-Americano, Quando aqui chegou o valente 'Povo Africano!'. A 'Raça Negra' no Brasil também fundou, Antigas e poderosas civilizações, Sua força cultural entre nós perpetuou, A estirpe dos nossos fraternos corações! Em qualquer parte do mundo, Que o negro foi obrigado a trabalhar, O irmão branco sempre tirando! Com ele aprendeu a amar! Não faltaram Zumbis dos Palmares, Exemplos heroicos de valentia, Nem José dos Patrocínios contras os males, Aos deserdados da sorte 'Lei' como garantia. E as 'Mulheres' pelas grandezas De 'Mães de Leite' entre outros dotes!!! Preferindo mil vezes entrega-se à morte, A ceder ao branco corrompido de torpezas O 'Negro é Lindo!' Esteticamente falando, Sua cultura milenar é dotada de 'genialidade', É vítima histórica das vilezas e crueldade, É fonte

de amor eternamente jorrando!!!, Ó !!! Advogado Astucioso Rui Barbosa queimou, Os Arquivos Genótipos de ‘Nossos Ancestrais’, Mas a ‘Força do Voto!!!’ Na Urna o negro ganhou! Hoje somos a ‘União de Cidadãos’ marginais!!! ‘NUNCA MAIS!!!.’” (Palmas)

Um comunicado de última hora. Entrei com uma Ação Civil Pública contra o Metrô - que não está aqui -, protocolada na Terceira Vara Cível. As entidades que tiverem interesse em nos ajudar podem participar desta Ação Civil Pública, porque ela é aberta a todas as entidades que têm pertinência no tema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Rubão pela poesia. Apenas um comentário sobre o término do poema, a expressão “Nunca Mais”, a gente não quer que nunca mais os retratos que estão aqui estampados no Salão Nobre sejam repetidos. (Palmas) Enquanto o Sr. Rubão declamava o poema eu olhava exatamente para eles, pensando que retratam bandeirantes como heróis e indígenas e negros escravizados. É algo que a gente nunca mais quer ver repetir na nossa história, muito menos estampado nas paredes de qualquer Casa Legislativa.

Chamo próximo que é o Sr. Carlos Rocha, Presidente da Associação Brasileira da Cidadania. Em seguida, a Sra. Marília Belmonte.

O SR. CARLOS ROCHA – Boa noite aos presentes. Obrigado, Sra. Presidente pela oportunidade. Venho aqui colaborar com a Mesa, com as pessoas, com os Vereadores e Vereadoras desta Casa. Trata-se de uma preocupação que tenho de anos que trabalho no combate à violência doméstica e a favor do desenvolvimento social. Eu sempre falo que não trabalho como assistente social, mas sim com o desenvolvimento social.

Nessa minha situação, me preocupo quando o município é o responsável pela aplicabilidade das políticas públicas assistenciais das mulheres vítimas de violência, pessoas que estão em situação de rua, mas são políticas que não geram desenvolvimento, apenas promovem a assistência para essas pessoas.

As pessoas me perguntam como que se gera assistência sem gerar

desenvolvimento? Eu respondo que assistência é ajudar, dar comida, abrigo, situação de ajuda e emergência para qualquer tipo de pessoa que esteja em situação de vulnerabilidade social. O desenvolvimento vem após com a melhoria da situação daquelas pessoas que são atendidas pelo sistema assistencial.

Eu, por exemplo, estou aqui para colaborar, passando essa visão de que a política pública não só melhora com ideias ou pensamentos que renovam a própria política pública, mas pela identificação das suas falhas também.

Por exemplo, num caso assistencial, o Governo Federal implementa o programa de transferência de renda para as famílias vítimas da situação vulnerável advinda da fome, da falta de dinheiro, falta de renda familiar para a compra do básico e outras dificuldades familiares.

Vou dar o exemplo de um pai, uma mãe e um filho, de preferência maior de idade, que moram na mesma casa. O pai trabalha registrado, ganhando o salário-mínimo que não paga as despesas necessárias para três adultos. Eles se cadastram no CADÚnico, mas não têm, como família, o direito de receber o benefício assistencial de transferência de renda, porque a renda *per capita* familiar e por pessoa já atinge os limites máximos permitidos pela própria legislação.

Porém, se aquelas mesmas pessoas, a mesma família, morassem na rua, pai, mãe e filho de 18 anos, cada um faz o Cadastro Unipessoal, cada um receberá um benefício. Ou seja, serão três benefícios para uma família.

Aí está uma falha da política pública assistencial que tem de ser revista, analisada e combatida, porque, se eu favorecer só as pessoas que estão na rua, não ajudar quem está dentro de casa, fica difícil gerar desenvolvimento. É a prestação de assistência, sem gerar desenvolvimento.

Hoje, estou com duas ocorrências de violência doméstica em andamento. Eu estou aqui, mas a nossa equipe está dando apoio. Daqui a pouco vou me dirigir à Delegacia da Mulher, mas também vejo que o poder público municipal não tem...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. CARLOS ROCHA – ...elementos e ferramentas para trabalhar no combate à

violência doméstica. Essa é uma das coisas para as quais vim pedir a atenção de V.Exas. para melhorar.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Carlos.

Chamo a Sra. Marília Belmonte, do Saracura Vai-Vai. Em seguida peço para a Sra. Ivete se preparar.

A SRA. MARILIA BELMONTE - Boa noite. Aproveitando que a Sílvia falou dos quadros, é extremamente importante a gente vê esse salão cheio, em plena segunda-feira. É a demonstração da força da nossa luta, que ainda é tão recente, mas sabemos que ainda vai demorar muito. Não é fácil. É uma extrema alegria ver o salão cheio dessa forma. Ouvimos alguns pontos fundamentais que embasam a nossa luta e temos conhecimento, mas queremos ouvir outras coisas. Queremos ouvir sobre datas, sobre entregas, mais do que planos, mais do que alternativas, mais do que propostas. Porque isso a gente já está ouvindo há bastante tempo. Mais do que isso, queremos ver as demandas que apresentamos sendo, efetivamente, atendidas e que elas tenham um formato de ações concretas. Que tenham materialidade para nossa comunidade, para o nosso território.

Desde o início das obras, já há um impacto direto no nosso cotidiano. Se a gente pensar em termos da Vai-Vai, a gente perdeu o nosso chão. E para quem é de comunidade do samba, sabe que o valor do chão é o nosso fundamento mais básico. Não existe escola de samba sem chão, e não só a Vai-Vai, mas tantas escolas são atacadas diariamente na cidade que diz amar Carnaval todos os dias. Se você perde o chão, você perde onde fazer o seu Carnaval, você perde todo o espaço de sociabilidade, você perde a sua essência, perde a sua comunidade. Nesse meio tempo, já perdermos pessoas, espaços de vivência que são fundamentais. E se não for realmente feito nada do que foi discutido aqui, a gente vai seguir perdendo. Sabemos que não podemos mais perder e não vamos mais tolerar perder.

Com as obras do Metrô temos várias ruas fechadas e recentemente mais uma foi fechada, que era o acesso para a 14 Bis. Já estava prejudicado pelas obras, pelas chuvas que

basicamente não existiam mais. A gente ficou meses denunciando e reclamando sobre a calçada que estava sendo engolida. Até que finalmente fecharam a rua porque caiu um poste. Essa foi a justificativa, mas curiosamente também era a rua onde a gente tirava foto da obra. Onde a gente passava fazendo roteiro com o movimento apresentando a obra. E, curiosamente, antes do poste cair, foi tampada com TNT e até hoje não tem uma resposta do porquê aquilo estava sendo tampado. Mas, curiosamente, agora está fechado. Nessa mesma rua temos comerciantes. Tínhamos uma rua que era de sociabilidade e uma rua de comerciantes que resistem ali há muito tempo e que, basicamente, estão largados às traças. É isso. Não tem outra palavra, não tem outra expressão para usar. Uma casa de Axé, dois bares, a banca de jornal. Como a Gisele falou do Masp, eu falo também dos comércios na Treze de Maio. Se fosse ali nas cantinas, na Igreja da Nossa Senhora da Achirópita onde temos a festa – eu adoro a festa – se fosse ali, ia estar assim? As pessoas iam estar com água até a coxa, perdendo o material e ninguém respondendo nada? Então a minha fala é nesse sentido. No sentido dessas pessoas que são nossos vizinhos, nossos amigos. Em memória do Sr. Amorim, da dona Odete e a presença do Sr. Luís, que ainda está ali resistindo, mas a gente não sabe até quando. Obrigada! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Obrigada Marília. Passo a palavra para a Sra. Ivete Nega Lora do Fala Negão, Fala Mulher, do Conen São Paulo.

A SRA. IVETE NEGA LORA - Boa noite a todos. Eu me inscrevi, especificamente, para fazer uma pergunta sobre a novidade da drenagem que nós não sabíamos e para acessar o *site* e verificar os detalhes, pois eu queria explicitação de dois detalhes: quais foram os critérios que ficaram para a quarta etapa, a parte do Saracura Vai-Vai? Quais foram os critérios desses espaços da proposta de drenagem? Outra questão: nas bacias de contenção, o que vocês pensam em fazer com essa água?

Ela reverte para as casas? Vai ter um circuito para isso? Vai ficar só represada e depois vem outra enchente? Como é esse escoamento dessas bacias que poderão dar outros problemas futuros? O nosso papel é preservar o futuro para os nossos que virão, assim como os meus preservam para mim.

Outra questão: adorei o poema, mas nós continuamos numa escravidão contemporânea com outras características, porque senão não estaríamos aqui com esse enfrentamento. A questão é a mesma. Não podemos e temos que repensar, quando se fez o plebiscito, qual tipo de estado que nós queríamos. Todo mundo respondeu por esse tipo. E quem ganhou foi esse tipo de funcionamento, e para nós o Capitalismo não funciona. Para nós, os pobres e pretos, funciona o Socialismo, mas o Socialismo nosso brasileiro. Aqueles que nós pensamos. É isso. Muito obrigada! (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Ivete. Próximo inscrita Sra. Camila Lisboa, Presidente do Sindicato dos Metroviários.

A SRA. CAMILA LISBOA - Boa noite a todos. Sou trabalhadora do Metrô de São Paulo e Presidente do Sindicato dos Metroviários. Represento a luta da categoria dos Metroviário; vocês devem ter acompanhado nossa greve, no último no último dia 23.

Eu queria dizer que somos parte dessa luta junto com Saracura Vai-Vai, porque nós defendemos uma mobilidade antirracista. E uma mobilidade antirracista é expandir a possibilidade de as pessoas se transportarem numa grande cidade como é São Paulo. A primeira marca de que as pessoas que estão construindo a Linha-6 não estão nem aí para a mobilidade do povo é o atraso da construção desse percurso. Por que a verdade é que o metrô de São Paulo surgiu na década de 60 e o primeiro trecho que o Metrô funcionou foi entre Jabaquara e Vila Mariana. E a grande preocupação do então governo na época era de atender a classe média paulistana, que queria viver como vivia a população de Paris.

Então, eles estão fazendo um projeto de expansão dos metrôs tendo o transporte como modelo de negócios. Eles não estão preocupados de o metrô chegar na Brasilândia. Eu quero que chegue. Fiquei feliz que o mon trilho chegou no Jardim Colonial, mas isso foi muito tardio, o que já revela um caráter da mobilidade.

Em segundo lugar, isso que está se desenvolvendo trata o transporte como negócio. E o transporte como negócio é primeiro: a empresa que está ganhando rios de dinheiro, destruindo a memória do povo da Bela Vista, é uma empresa privada. A maior parte do consórcio

da empresa aciona uma Espanhola, que conseguiu um contrato de concessão que durante 30 anos ela não vai ter prejuízo. É o mesmo modelo de contrato da Linha-4 Amarela privatizada, da Linha-5 Lilás privatizada e agora das Linhas-8 e 9 da antiga CPTM. Um modelo que está se mostrando péssimo, inseguro para a população. O que vai se impor com esse modelo de transporte de negócios é, além da destruição da história da luta do povo da região, o aumento da tarifa. Privatizar significa aumento da tarifa. No Rio de Janeiro, a Super Via, que agora entregou, tem a tarifa mais cara do Brasil. Foi a primeira empresa de trilhos urbanos privatizados no Brasil, tarifa mais cara, que chegou a 7,40 centavos. Então, nós estamos juntos com vocês nessa luta, em defesa da memória, em defesa do povo.

Gostaria de dizer mais uma coisa: o modelo de transporte de negócio descaracteriza nossa história. Para vocês saberem, eu trabalho no Metrô como Agente de Estação. O nome da estação tem uma função operacional, para orientar as pessoas. E o que está acontecendo, hoje, na cidade de São Paulo, é transformar a Estação Paulista com o nome de Pernambucana; Estação Saúde, com nome de Ultra Farma; Estação Carrão, Açaí Atacadista. O que descaracteriza, totalmente, o caráter do nome das estações, que tem de ser levado em conta: localização e história. Já estou com muita raiva de ter colocado Estação Japão/ Liberdade, esquecendo a história do povo negro no Bairro da Liberdade. Por isso que eu acho muito justa a luta, porque símbolo importa. Então, é muito justo a luta para a estação da linha 6 ser Saracura Vai-Vai. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Camila, vamos para a Flávia Santana, do Mobiliza Saracura Vai-Vai.

A SRA. FLÁVIA SANTANA – Boa noite. Eu queria retomar o plano de drenagem, acho que a gente viu que o território do Bixiga é um lugar muito impermeabilizado. A gente entendeu que essa água vai descendo nos pontos mais baixos, mas não discutimos muito aqui que esses pontos mais baixos são fundo de vale, ou seja, esses rios estão passando ali embaixo. Acho que a discussão ficou muito no sentido dessa coleta dessa água, do que fazer com essa água que está chovendo, dessa água que vem de cima, mas não foi falado da água que está

passando ali embaixo. A gente não discutiu esses rios, como eles estão sendo tratados, em qual cotas eles estão, como o Metrô está escavando, como que estava, como isso está sendo verificado.

Outra coisa que me preocupou foi que eu olhei agora o plano de drenagem da Bacia do Anhangabaú e ele é de 2021; então, dá uma certa sensação de defasagem nessa discussão. Queria saber como é que isso vai ser recuperado, como vai ser trazido?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Flávia, encerramos aqui todas as pessoas que se inscreveram. Passo agora para os representantes do Executivo. Não vamos voltar para toda a Mesa porque ficaria muito repetitivo. Como houve vários questionamentos e acho que um dos objetivos da audiência pública é exatamente ouvirmos o que o Executivo tem a nos dizer depois de todas as intervenções, vamos passar para os representantes do Executivo falarem e depois, no final, temos encaminhamentos e uma surpresa. Então, fiquem até o final para ver a surpresa.

Passo agora então a palavra ao Sr. Fernando Gasparini, representando SMUL.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPARINI – Obrigada, Vereadora Sílvia. Tenho participado de todas as reuniões, das audiências da Comissão de Política Urbana e essa audiência foi uma das que teve maior participação, também muito densa. Quero manifestar a minha satisfação de estar presente acompanhando essa audiência. Tomei nota de todas as manifestações e vou levar para a Secretaria. Queria especialmente pedir para o Movimento Saracura Vai-Vai, que eu entendi que congrega diversos coletivos que estão aqui representados e fez o documento com os pleitos em relação ao Plano Diretor, mas acabei não tendo acesso ao material, para, se vocês puderem, depois me disponibilizar, ou através de um *site*, alguma coisa que vocês tiverem.

Acho que só teve uma pergunta específica sobre Zepec, acho que foi da Vereadora Elaine, se não me engano. As Zepecs estão previstas no Plano Diretor, as Zonas Especiais de Preservação Cultural, como reconhecimento de determinados territórios que são importantes para a cultura da cidade. É um tipo de zona de uso que está refletida também na lei de

zoneamento. Não vou entrar em detalhes em relação às tipologias, mas são quatro tipos de Zepecs e os quatro tipos foram implementados e têm vínculo, tanto com o Instituto do Tombamento, em alguns casos, como também com o instrumento da transferência do direito de construir, então é um instrumento importante. Existem diversos no território da cidade com essas diversas tipologias que mencionei. Acho que é só isso, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Fernando, gostaria de registrar que o Vereador Jair Tato está *on-line* ou estava *on-line* e também o Vereador João Ananias esteve aqui presente, mas não pôde ficar, saiu. Agora passo a palavra para o Pedro Algodoal, que é assessor da Siurb.

O SR. PEDRO LUIZ ALGODOAL – Eu anotei aqui algumas contribuições, algumas dúvidas sobre a drenagem e eu vou passar aqui. A Vereadora Elaine perguntou se as construções e os empreendimentos agravam as enchentes.

Eu vou explicar o seguinte: cada construção implica, impacta na bacia, quando ela impermeabiliza mais o solo, só que a situação original da bacia já era de construções que ocupavam praticamente toda a área; eram aqueles sobradinhos construídos, ou lojas, essas coisas. Então, no que se refere ao agravamento das enchentes, esses empreendimentos não chegam a agravar. Eu vejo mais um agravamento realmente das mudanças climáticas, e isso temos acompanhado e até por isso vocês viram quantas intervenções a gente precisa fazer para resgatar o fluxo normal das águas.

Então, a cidade impermeabiliza e muita gente só atribui à impermeabilização, mas tem um fato muito importante que é a ocupação do vale. Normalmente a bacia tem uma várzea inundável que é roubada do córrego, roubada do ciclo hidrológico e daí as águas vão para as casas que ocuparam esse vale original, essa várzea original.

Depois eu falo da Júlia, que falou de construções sobre o córrego Saracura. Isso é outra medida, eu falei em medidas estruturais, que são as obras hidráulicas, e temos várias medidas não estruturais que a Siurb está também levando adiante nesse trabalho de planejamento. O que é importante é localizar essas galerias, porque temos a posição das

grandes galerias, mas tem várias galerias menores que ainda não temos mapeado, e isso é um trabalho feito em parceria com o GeoSampa e também com o pessoal do Plano Diretor.

É conhecer a cidade, então, infelizmente, temos um certo atraso nessa área que estamos procurando cumprir, na medida que isso esteja completamente mapeado, as nascentes, também em parceria com a Secretaria do Verde, a gente consegue preservar mais, mas o primeiro passo é a gente conhecer. Infelizmente a cidade tem algumas coisas que não conhecemos, mas requer um trabalho grande.

Depois, finalmente, a Ivete falou sobre qual critério que a gente estabeleceu para estabelecer essas etapas de construção. Quando pensamos numa bacia como um todo, a gente procura adotar obras que não causam impactos à jusante; então, se você melhora a drenagem de um bairro e transfere essa cheia para outro bairro, para um fundo de vale, isso não é adequado. Procuramos ir fazendo na medida em que você ganha a capacidade de escoamento das águas, ou pela construção de reservatórios, ou pelo aumento da fluidez da água.

Então tem uma sequência lógica, não dá para detalhar muito aqui, mas existe uma sequência lógica para sempre minimizar os impactos de cada obra à jusante; isso tudo está encadeado e é por isso que resultou nessa proposta. Para onde vai a água de um reservatório? Na verdade, se vocês acompanham, vocês vivenciam essa enchente, vocês veem que ela é muito rápida para encher e rápida para escoar. Então não fica muito tempo. O que eu queria falar é que tem enchentes como no Jardim Pantanal que duram semanas; aí dura horas, menos de hora em geral. O que acontece? Essa enchente vai ser conduzida para um reservatório, que é esgotado depois da chuva; então acionam as bombas depois da chuva e vai escoando lentamente sem causar mais enchentes. Então funciona naquelas horas onde estão ocorrendo as cheias, e vai escoando lentamente sem causar mais enchente. Aquela água que está na superfície, que originalmente iria para a várzea – hoje não tem mais a várzea -, ela vai para o reservatório, porque a gente não consegue resgatar mais a várzea do Saracura, infelizmente. Hoje existe um corredor de ônibus ali na Avenida Nove de Julho. Então, como a gente não consegue resgatar de uma maneira natural, a gente lança mão de uma medida artificial, que é a

construção de alguns reservatórios.

No final, a Flávia falou da interferência do metrô com o Saracura. De fato, o metrô vai cruzar sob a galeria do Saracura. Mas quanto a essa interferência, houve uma consulta da Acciona para o nosso departamento. Eu não vi o projeto executivo, mas eles demonstraram que essa passagem eles iam obedecer.

- Manifestações no recinto.

O SR. PEDRO LUIZ ALGODOAL – Respeitar, digamos assim.

- Manifestações no recinto.

O SR. PEDRO LUIZ ALGODOAL – Não, pelo menos não vão causar mais obstrução do que já é. Então, vai restar à Siurb fazer as obras complementares, que eu demonstrei.

Acho que era isso.

- Manifestações no recinto.

O SR. PEDRO LUIZ ALGODOAL – Ah, sim, sim. Então, você falava mais pelo Parque do Bixiga, não é?

- Manifestações no recinto.

O SR. PEDRO LUIZ ALGODOAL – Ah, na Grota. Eu não respondi nem pude anotar porque eu não visualizei. Eu conheço a bacia, mas não com tanto detalhe como de um morador. Então, eu pediria para encaminhar esse desenho, que a gente pode fazer uma resposta mais apropriada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Pedro. Passo a palavra à Gisele, que pediu para deixar as palavras finais.

A SRA. GISELE BRITO - Bem rapidamente, porque eu acho que foi usada uma palavra aqui. Falaram das áreas roubadas. Acho que é bem preocupante que isso parta de uma pessoa que está nessa função de Estado, porque, de novo, é muito fácil associar essa palavra com o Bixiga, que é um território negro, um território popular. Já foi dito que esta Câmara está sobre uma área roubada. As áreas nobres de São Paulo ficam sobre várzeas de rio. O Rio Pinheiros teve o seu curso mudado para produzir um bairro de alta renda, um bairro branco em

São Paulo. Então, é inadmissível esse tipo de lógica, esse tipo de associação.

Isso é muito importante: quando a gente fala sobre a recuperação ambiental, que é essencial, ninguém é mais atingido do que a população negra, por conta das mudanças climáticas. Mas nisso também reside o racismo: a gente sempre pensa em iniciar as transformações, abrir rio, recuperar, pelos territórios populares, sem acompanhamento de política pública, enquanto os Jardins ficam em cima da várzea de um rio. Acho muito importante a gente tratar disso.

A segunda coisa é que fica claro como os instrumentos da política são usados de maneira discricionária. Porque, como o André apresentou, para voltar o Bixiga, essas mesmas leis que foram citadas, esses mesmos regramentos não valem. O Bixiga é impedido por essas coisas, mas nem o Metrô nem os empreendimentos imobiliários para a alta renda da branquitude são impedidos. Então, não se trata de leis, trata-se de projetos, trata-se de um projeto de embranquecimento, um projeto racista de cidade. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Gisele. A gente vai passar agora para as propostas de encaminhamento desta audiência pública. A primeira delas é encaminhar essa carta do Vai-Vai à Comissão de Política Urbana. A segunda é encaminhar a carta do Movimento Saracura Vai-Vai também para o Comissão de Política Urbana.

A terceira, procurar uma reunião específica do Movimento Saracura Vai-Vai com a Secretaria de Transportes e com a Presidência do Metrô. Eles não vieram aqui. Então, se eles não vieram, vamos até eles, vamos ver se conseguimos uma reunião com a Secretaria de Transportes do Estado.

E eu marquei mais duas propostas de encaminhamento, que têm a ver com as duas secretarias que estiveram aqui presentes, porque eu acho que, apesar das exposições que foram feitas, pode ser que tenham sobrado algumas dúvidas por parte do Movimento, e que o Movimento também tenha propostas específicas para fazer tanto em relação à questão de incluir na revisão do Plano Diretor algumas emendas para que o envoltório do bairro do Bixiga seja

preservado - então, ver de quais os instrumentos da política urbana a gente pode lançar mão para que isso seja preservado – como também para que não só a memória negra seja preservada, mas a população negra seja mantida no bairro do Bixiga. Então, eu queria já dizer que queremos, em nome dos movimentos presentes, agendar uma reunião específica com a SMUL antes de a gente votar a revisão do Plano Diretor.

Em relação à Siurb, como o pessoal também conheceu agora as propostas, Pedro, que não têm a ver com o Plano Diretor, então a gente tem um pouquinho mais de tempo; mas eu acho que, se o pessoal concordar, a gente pode agendar também uma reunião com a Siurb para que a gente possa detalhar todo o projeto que vocês estão pensando, de drenagem para região. Porque a gente tem recebido muita reclamação de enchentes. Toda vez que chove, a gente recebe reclamação de enchentes. Já fizemos inclusive ofícios para Siurb. Então, seria importante se a gente tivesse uma reunião. A gente sabe que em uma audiência pública são colocadas as coisas mais gerais, mas é bom sempre a gente depois ter reuniões em que a gente possa esmiuçar mais e apontar saídas e soluções construídas coletivamente com os movimentos e com as pessoas do território.

A gente vai agora para a surpresa final. (Pausa)

- Manifestações no recinto. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Está bom, Candinho, está bem. E a gente vai encerrar esta audiência pública com o Frajola, que é compositor da Ala dos Compositores da Vai-Vai. Vamos encerrar com ele. Enquanto ele vem ao microfone, vou agradecer demais a presença de todas as pessoas, de todas as entidades. (Palmas) Foi uma audiência muito representativa. Acho que o Bixiga esteve presente na audiência de uma maneira muito forte. Depois que ele fizer a apresentação, eu encerro oficialmente a audiência.

Frajola, pode encerrar a nossa audiência pública.

O SR. FRAJOLA – Primeiramente, eu queria agradecer a todos por essa luta tão importante. Eu queria expressar aqui a minha gratidão, de forma breve, primeiro diretamente à nossa representação como escola. André, meu irmão, muito obrigado, tá? Por teu carinho, força,

luta e representação por nossa diretoria, nossa comunidade nisso. Agradeço, com grande carinho, gigante, à minha mana Luana. Estamos juntos. Quero aproveitar, aqui do meu lado, Silvia. Agradeço ao Vladsnei e ao Buchecha, nosso parceiro da Família Tamarineira. Está aqui também um sambista muito show de bola, muito legal. Fiquem atentos ao trabalho do Bendito, representando o Educafro. Está aqui a nossa grande mestra Leny Blue. Deixo um abraço a todos os colegas da Ala de Compositores da Vai-Vai; à nossa escola, à nossa bateria, à nossa diretoria, ao nosso povo, a toda a nossa comunidade, toda pessoa de bem, diferente das pessoas de bens. Principalmente, a toda a nossa comunidade, a todo o nosso povo preto.

Vou pedir para que prestem bem atenção nessa letra, porque, no logradouro, na nossa região, há a Treze de Maio; daqui a pouco é Treze de Maio, e fica confuso, a homenagem à família imperial. OK. Esse material vem justamente buscando, chamando atenção para isso, em homenagem a nossa memória, à história, à tradição, à cultura e à educação. Esse material diz assim: “Ecoa, ecoa um grito forte pelo ar, pela liberdade e a paz na terra, e o povo a festejar. Só um cessar imperial da velha guerra, quem ouve faz pensar que a tirania racial ali se encerra. São os fatos, é que nos faltam a memória. É muita morte e pouca glória, mordanças conceituais, reluz a praga da humanidade, os opressores da verdade, dos livros de histórias atuais, maldita da bendita realeza, da maldade da princesa, que ostentou sem nosso drama. O que indigna é que, no dia dessa trama, papagaio come milho e periquito leva fama. Ecoa, ecoa um grito forte pelo ar, ecoa um grito forte pelo ar, ecoa um grito forte pelo ar.”

É isso, meu povo. Nossa liberdade ainda está segregada. (Palmas)

O que acontece hoje é uma consequência dessa história de muito, muito, muito tempo. Então, a gente precisa... É só um detalhe. Não vou me estender. Eu queria chamar atenção também, porque, se não fossem esses, não estaríamos aqui. A história do samba...

André, eu te faço até um convite, meu irmão, por favor, porque está representando o nosso povo. O sambista aqui é assim. É muito importante sabermos que houve um tempo as escolas de samba... O manifesto é popular. Então, quando a gente saía: “Oh, perdão. Jorginho, nosso mestre da velha guarda, representando para caramba a nossa velha guarda.” E assim, na

época do cordão, a forma, não estou dizendo sobre a forma, a forma era diferente, mas era um manifesto popular, e a gente não conta isso na nossa história.

Então, a partir da intervenção do Estado é que contamos a história das escolas de samba. Quem não souber, pode procurar e ver. Então, tudo o que há de história, de tradição e de vitórias é contado a partir da intervenção do Estado. Então, nós estamos enterrando memórias dessas pessoas que lutaram, apanharam e sofreram em outros tempos e, se não fossem eles, não estávamos aqui.

Queria chamar atenção para isso e acho que seria muito bacana a escola como a nossa, a Escola Vai-Vai, a escola como a Lavapés e a escola como Camisa, de repente, pudessem, sim, ter esse conceito de validação.

Um detalhe importante: Quando os nossos mais velhos estudaram a forma de educação e formação era outra e, mesmo assim, a gente não desalfabetiza. Então, acho que a gente não deveria esquecer essa memória à história. Então, deixo aqui esse manifesto.

Obrigado a todos vocês. OK. Obrigado, meu povo. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Anuncio, por último, a presença do Prof. Mário Medeiros. (Palmas)

Então, uma audiência pública sobre Saracura Vai-Vai não podia acabar sem música. Por isso, tivemos aqui a surpresa do Frajola, que gentilmente cantou aqui para nós. Agradeço, de novo, todas as pessoas que compuseram a Mesa: Dona Carmen, Gisele Brito, Luana Alves e Elaine Mineiro, que estiveram aqui presentes, como Simone Nascimento, André Felipe, Gegê, Elita, Pedro, Fernando e as pessoas que também passaram aqui, que já não estão mais, mas especialmente a todos e todas que vieram aí do território do Bixiga prestigiar a nossa audiência. Que a nossa audiência sirva para efetivar as demandas. Uma audiência pública serve para a gente poder falar, como também fazer com aquilo que a gente esteja reivindicando se efetive e se concretize na realidade; e isso vai acontecer com a continuidade da luta. Então, não para aqui na audiência. Pelo contrário, a audiência só vai fortalecer ainda mais a luta, para que nossos objetivos sejam conquistados.

Então, nada mais havendo para ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; e tenham todos uma boa noite.

(Palmas)
